Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 16 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.590
ISSN 1980-9124

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

BOM SENSO NO ACESSO À SAÚDE

Equilibrar os interesses na balança com atenção ao custo-benefício.
Por Luís Fernando Rolim, **página 2**

PROCESSAMENTO DE PAGAMENTOS

As diferenças de legislação entre países e o risco de fraudes.
Por Daniel Moretto, **página 2**

PLANO DE CARREIRA PARA ADVOGADOS

Como ele impulsiona o sucesso profissional e organizacional.
Por Tomé Capovila, **página 4**

Salário mínimo em 2025 terá alta de R$ 90 e irá a R$ 1.502

Previsão para 2026, será R$ 1.582 e para 2027, R$ 1.676

Constando do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, o reajuste de 6,39%, enviado nesta segunda-feira ao Congresso Nacional, elevará o salário mínimo para R$ 1.502. Hoje, é de R$ 1.412.

O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023. A estimativa também consta do PLDO. O Ministério do Planejamento confirmou a estimativa após a divulgação do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R$ 1.582 para o salário mínimo em 2026, de R$ 1.676 para 2027 e de R$ 1.722 para 2028. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

No ano passado, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019 e foi extinta no governo de Jair Bolsonaro.

Segundo o Planejamento, cada aumento de R$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R$ 370 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo. Na Previdência Social, a conta considera uma alta de R$ 66,7 bilhões nas despesas e ganhos de R$ 63,1 bilhões na arrecadação.

O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano e da nova política de reajuste. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte. **Página 4**

Antonio Cruz/ABr

Vendas de imóveis novos em janeiro batem recorde, com aumento de 40%

As vendas de novos imóveis registraram uma alta de 39,8% no acumulado de 12 meses encerrados em janeiro de 2024. Foram comercializadas 171.627 unidades, aponta o indicador Abrainc-Fipe. O desempenho foi puxado tanto pelo segmento de Médio e Alto Padrão (MAP) quanto pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

O volume de vendas alcançado no início do ano é recorde para o indicador. O estudo foi elaborado com dados de 20 empresas do setor pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O presidente da Abrainc, Luiz França, destaca que a continuidade da redução da taxa Selic em 2024 será um impulsionador significativo para o desenvolvimento do setor, considerado crucial para a economia. "Esses cortes nos juros não só beneficiam o setor, tornando os financiamentos habitacionais mais acessíveis, mas também impulsionam o progresso econômico e social do Brasil."

"Com a tendência de novas quedas da Selic, esperamos também um aumento nas vendas de imóveis para investimento, tornando-os ainda mais atrativos. Além disso, o acréscimo recente de 17% nos preços dos aluguéis, decorrente da valorização dos últimos 12 meses, fortalece a demanda por ativos imobiliários", destaca o executivo.

O segmento de Médio e Alto Padrão continua apresentando bom desempenho nas vendas, com alta de 15% no volume de unidades comercializadas e de 22,1% no valor de vendas. O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) apresentou um aumento significativo tanto no volume de unidades comercializadas (52,6%) quanto no valor total de vendas ao longo dos doze meses (65,3%). Além disso, registrou-se um acréscimo de 57,1% no valor de venda dos lançamentos.

Petróleo cai, mas ações de commodities sobem no Brasil

Contrariando previsões feitas no final de semana, após o contra-ataque do Irã a Israel, o preço do petróleo caiu – possivelmente uma queda esperando o desenrolar da situação no Oriente Médio. O contrato do West Texas Intermediate para entrega em maio caiu US$ 0,25 (0,29%), para fechar em US$ 85,41 por barril na Bolsa Mercantil de Nova York. O contrato de petróleo Brent para entrega em junho caiu US$ 0,35 (0,39%), para fechar em US$ 90,1 por barril na London ICE Futures Exchange.

No Brasil, a perspectiva de valorização do petróleo e outras commodities (metais e alimentos) se refletiu na valorização das ações da Petrobras (alta de 0,95%), BRF (10,15%) e Vale (0,58%). A Bolsa de Valores brasileira acabou fechando em queda (0,49%), mas "caindo menos do que a Bolsa americana, se mostrou mais resiliente", destaca Thomas Monteiro é analista-chefe do Investing.com

O mercado norte-americano abriu em alta, mas virou para o vermelho e afundou durante o dia. Os dados de vendas no varejo "mostraram que a economia ainda se mostra muito resiliente, e que as pressões inflacionárias continuam muito fortes em diversos segmentos, inclusive do consumidor nos Estados Unidos", relata Monteiro.

"Grande quantidade de dados econômicos indicam que não há motivo para o Fed [Federal Reserve, o Banco Central dos EUA] pensar em cortar juros nesse momento, e seria inclusive imprudente fazer isso. Quer dizer, ainda precisamos de um pouco mais de restrição monetária", analisa.

Os desdobramentos da crise no Oriente Médio aguardam a decisão do Governo de Israel. Herzi Halevi, chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa israelenses, afirmou nesta segunda-feira que uma resposta é iminente após o ataque de mísseis e drones do Irã.

Nos últimos dias, o Gabinete de Guerra de Israel está deliberando sobre um potencial contra-ataque às ações do Irã. No entanto, há divisão quanto ao momento e extensão de tal resposta, especialmente sob pressão internacional que insta Israel a moderar as suas ações.

O presidente dos EUA, Joe Biden, reafirmou seu apoio aos israelenses, mas também instou o governo de Benjamin Netanyahu a não aumentar a crise na região.

Tesla, de Musk, demitirá mais de 10% dos trabalhadores

A Tesla está demitindo "mais de 10%" de seu quadro de funcionários global para "cortar custos e aumentar a produtividade", de acordo com um e-mail interno enviado à equipe pelo CEO Elon Musk. As demissões podem impactar mais de 14 mil trabalhadores.

"À medida que preparamos a empresa para a nossa próxima fase de crescimento, é extremamente importante olhar para todos os aspectos para reduzir custos e aumentar a produtividade", disse Musk no e-mail, acrescentando que o crescimento da Tesla levou à "duplicação de funções" em determinadas áreas.

As crises nas empresas do grupo têm impactado as ações de Musk. No Brasil, o dono do Twitter/X atacou o ministro do Supremo, Alexandre de Moraes. A revisão de uma licitação na educação brasileira, que estaria beneficiando a Starlink, foi outro revés do multibilionário.

"Como parte desse esforço, fizemos uma revisão completa da organização e tomamos a difícil decisão de reduzir nosso número de funcionários em mais de 10% globalmente. Não há nada que eu odeie mais, mas isso deve ser feito. Isso nos permitirá seja enxuto, inovador e ávido pelo próximo ciclo da fase de crescimento", observou Musk, o terceiro homem mais rico do planeta, cuja riqueza é estimada pelo Bloomberg Billionaires Index em US$ 185 bilhões, queda de US$ 44 bilhões em 12 meses.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1813
Dólar Turismo	R$ 5,3700
Euro	R$ 5,5062
Iuan	R$ 0,7164
Ouro (gr)	R$ 391,08

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Bom senso regulatório: custo, qualidade e acesso à saúde

Por Luís Fernando Rolim

Os números demonstram que o mercado de saúde suplementar não consegue equilibrar três fatores fundamentais para a satisfação dos beneficiários, adesão dos prestadores e sustentabilidade das operadoras e seguradoras: custo, qualidade e acesso. Há muitos anos, temos advertido que a excessiva regulação, a judicialização e a incorporação tecnológica sem rigor científico acarretariam aumento de custo e ameaçariam a sustentabilidade setorial.

Não é tarefa fácil equilibrar demandas e alinhar interesses. Por exemplo, citamos a incorporação sem um plano orçamentário ou atuarial do medicamento Zolgensma, com custo superior a R$ 7,5 milhões de reais por tratamento, valor esse superior ao faturamento anual de 82 operadoras e maior do que o faturamento mensal de 372 operadoras.

Nos últimos meses, as terapias de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e de TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento) passaram a representar 9% dos custos das operadoras, superando os custos médios dos tratamentos oncológicos (8%). Em outros países, muitas das coberturas são funções do setor educacional e não do setor saúde, pois essas crianças devem estar inseridas socialmente na vida das famílias e escolas, e não durante 40 horas semanais em terapias individuais em clínicas. Como consequência, os planos empresariais têm aumentado os custos em dois dígitos percentuais por ano.

> Equilibrar todos os interesses na balança com atenção ao custo-benefício

Além disso, enfrentamos uma avalanche de fraudes, que fizeram a diferença entre o lucro e o prejuízo do conjunto da saúde suplementar. Em 2022, foram perdidos, para atos como empréstimos de carteirinha, declarações de saúde e reembolsos falsos, entre outros, até R$ 34 bilhões. Naquele ano, o prejuízo operacional das operadoras totalizou R$ 11,5 bilhões. Ou seja, sem fraudes, mesmo com o atendimento a consultas, exames e internações represadas pela pandemia do coronavírus, o segmento teria lucro operacional.

Equívocos regulatórios e legislativos não nos impediram de identificar e implantar tecnologias e processos que nos ajudassem a ajustar as finanças. Passamos a contar com a CIG (Classificação de Informações Gerenciais), um dos módulos da solução Unimetrics, que utiliza algoritmos para avaliação de custos assistenciais na rede de prestadores da Seguros Unimed. Adotamos e desenvolvemos com nossas equipes algoritmos de machine learning (subconjunto da inteligência artificial voltado para a construção de sistemas que aprendem e aperfeiçoam o desempenho) para prever padrões e otimizar operações, evitando gastos desnecessários e melhorando os desfechos assistenciais.

Em 2023, criamos também uma estrutura corporativa voltada ao combate das fraudes. Na Justiça, obtivemos liminares contra clínicas que solicitaram login e senha dos clientes para requerer reembolsos de despesas médicas, muitas vezes indevidos.

O esforço nos permitiu, mesmo na adversidade setorial, trazer expressivo resultado operacional. Mas temos convicção de que há um limite para o que se possa obter de resultado por intermédio do combate a desperdícios e fraudes. Para compatibilizar custo, qualidade e acesso à saúde, será necessário rever práticas regulatórias e legislativas.

Equilibrar todos os interesses na balança com bom senso e atenção ao custo-benefício, focando no real resultado sobre a saúde da população, com atenção à prevenção quaternária que olha a intervenção desnecessária sobre a saúde de todos, permitirá a ampliação do escopo de beneficiários, incluindo segmentos que hoje não têm acesso à saúde suplementar.

Luís Fernando Rolim Sampaio é formado em Medicina, mestre em Saúde Pública e Atenção Primária, PhD em Saúde Global, Pública e Atenção Primária. É diretor executivo de Provimento de Saúde, Vida, Previdência e Ramos Elementares na Seguros Unimed.

Os desafios das empresas de processamento de pagamentos

Por Daniel Moretto

Com um PIB estimado em US$ 2,13 trilhões em 2023 e uma população de mais de 203 milhões de pessoas, o Brasil está na nona posição no ranking das maiores economias do mundo do FMI. Diante destas características, não é de se estranhar que o país chame a atenção de investidores e empresas do mundo inteiro. Muitas multinacionais estão dispostas a testar o mercado brasileiro. O país possui ainda uma enorme quantidade de consumidores que compram em sites estrangeiros.

Para se ter uma ideia dos volumes que vêm sendo transacionados internacionalmente, de acordo com dados da Receita Federal, as chamadas compras cross-border, ou seja, aquelas realizadas em e-commerces e marketplaces de fora do Brasil, cresceram 150% nos últimos cinco anos. Somente em 2022, mais de 176 milhões de itens foram importados, considerando tributáveis e isentos.

Tudo isso sem considerar ainda os dados do crescimento de compras de serviços de streaming, apostas esportivas ou software no exterior. Com todo este potencial, cada vez mais empresas de soluções de pagamentos vêm se instalando em terras brasileiras e em outros países da América Latina.

No entanto, atuar com pagamentos em diferentes locais também traz algumas dificuldades. O grande desafio é a questão da regulação diferenciada para cada país em que operam, o que agrega complexidade e altos investimentos financeiros para que a empresa tenha as mínimas condições de operar em cada mercado. Todos os países apresentam diferentes níveis de burocracia para que um pagamento seja efetuado. Licenças para atuar são o grande entrave em todos os países, garantir as autorizações para atuar em cada mercado é um grande desafio e demanda muita mão de obra especializada, investimentos e tempo.

No caso do Brasil, por exemplo, é possível que uma licença para operar como instituição de pagamentos leve meses ou anos sob avaliação, e o mesmo acontece nas demais localidades da América Latina. A outra questão a ser levada em consideração é o próprio nível de exigência dos consumidores. Atender às novas demandas não é fácil. Os clientes que efetuam suas compras, sejam de serviços ou produtos, buscam cada vez mais velocidade, transparência e segurança em suas transações.

Para atender a estes requisitos, muitos e-commerces de grande porte, empresas de streaming e software utilizam os serviços de plataformas sólidas e robustas no que tange grandes volumes de transações, terceirizando assim a intermediação dos pagamentos, a fim de garantir maior segurança, confiabilidade e velocidade.

No entanto, existem novos players que, devido a instabilidades, muitas vezes acabam não atendendo a estes fatores mínimos, impactando na confiança do consumidor. Isso pode prejudicar o mercado como um todo, já que o cliente pode pensar duas vezes antes de optar por fazer uma compra no exterior. Sendo assim, cada vez mais os países criam legislações específicas e regulações para a proteção do consumidor em relação a fraudes e lavagem de dinheiro.

> As diferenças de legislação entre países e o risco de fraudes

Na América Latina, por exemplo, cada país possui uma regulação própria, mas todas convergem no sentido de solidificar as transações internacionais determinando requisitos mínimos de operação.

Não é possível, porém, observar apenas o que as leis exigem. É necessário que as próprias empresas de soluções de pagamentos adotem medidas a fim de resguardar a segurança e a transparência para o consumidor, o que, naturalmente, também demanda mão de obra especializada, investimentos financeiros e tempo. Isso é ainda mais importante para as companhias que atuam com o mercado de apostas, em que a incidência de tentativas de fraude é muito superior a uma transação tradicional em um e-commerce.

Portanto, as empresas precisam estar preparadas e à frente dos fraudadores. Os investimentos em tecnologias de KYC (Know Your Customer - Conheça o seu cliente) são gigantescos e concentram grande parte dos recursos da empresa, que tem também o papel de identificar potenciais casos de lavagem de dinheiro. A grande vantagem é que as empresas de transações internacionais que investem nestes diferenciais e processam grandes volumes conseguem atender outros segmentos com uma enorme vantagem competitiva em termos de segurança e transparência para o cliente que comercializa seus produtos e serviços e para o consumidor final.

Em resumo, o setor de processamento de pagamentos no Brasil e na América Latina enfrenta desafios significativos, desde a complexidade regulatória até a necessidade de atender às demandas dos consumidores por segurança e transparência. No entanto, as empresas que investem em soluções tecnológicas avançadas e priorizam a conformidade regulatória têm a oportunidade de se destacar em um mercado em constante crescimento.

Com a evolução das legislações e o aprimoramento das práticas empresariais, espera-se que o setor continue a prosperar, oferecendo serviços cada vez mais eficientes e seguros para todos os envolvidos nas transações internacionais.

Daniel Moretto é country manager da PayRetailers para o Brasil.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Como super-ricos driblam impostos nos EUA

Super-ricos – os mesmos que criticam o "Estado perdulário" – recebem dezenas de benefícios para pagar menos impostos. Além disso, utilizam recursos para fugir das taxas. Nos EUA, "hologramas" e "loops infinitos insolúveis" são apenas 2 das formas como os especialistas descrevem os obscuros esquemas de sociedades para disfarçar a sua riqueza e fugir dos impostos.

Investigação do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) descreve alguns desses esquemas utilizados pelo "topo do topo do 1%". "Se você é um assalariado normal, não pode escolher se cumpre ou não suas obrigações fiscais", disse Natasha Sarin, professora associada da Faculdade de Direito de Yale. "Mas se você tiver recursos para estruturar uma sociedade, poderá fazer essa escolha."

Nos últimos 20 anos, a riqueza detida pelas chamadas "grandes sociedades" (private equity, fundos de hedge, imóveis, grandes escritórios de advocacia e outros) aumentou quase 600%, alcançando trilhões de dólares. Os proprietários se escondem através de camadas e camadas de empresas de fachada, ou mesmo através da representação de grandes bancos.

Somente auditores muito especializados conseguem desvendar a teia de sociedades. Nos EUA, o corte de verba do IRS (o Leão de lá), disfarçada de "redução do Estado", contribuiu para que os super-ricos ficassem à margem do controle.

Em 2020, o IRS tinha 12 vezes mais probabilidade de auditar um indivíduo que ganhasse menos de US$ 25 mil/ano do que uma sociedade. Em comentários públicos, segundo o ICIJ, a agência disse que era mais fácil auditar os trabalhadores pobres.

Em 2022, o Congresso concedeu ao IRS US$ 80 bilhões, em parte para corrigir esta tendência preocupante e auditar os super-ricos. Mas a evasão de impostos se nutre da parceria entre os bilionários e o sistema financeiro.

Verificação contra golpe

O Nubank está lançando uma ferramenta para os mais de 90 milhões de usuários do aplicativo do banco digital no Brasil. É a função "Chamada Verificada", que permite aos usuários checar na tela inicial do app se estão de fato em uma ligação realizada pelo Nubank quando receberem um contato telefônico.

Essa nova função dá aos usuários um recurso em tempo real para estarem mais protegidos contra um golpe que se tornou muito comum no Brasil. A sofisticação dos golpistas permite até simular que o número que está ligando é de algum banco.

Rápidas

Nesta quinta, acontecerá o Intelijur, fórum do mundo jurídico. Às 9h30, a Preâmbulo Tech apresentará a palestra "Estratégias de Sucesso: O Papel da Integração Tecnológica". Inscrições: lets.4.events/legal-tech-forum-2024-C21339E20 *** Estão abertas, até dia 21, as inscrições para o projeto Sesc RJ Voe, de aceleração para organizações sociais. Em forms.office.com/r/tRaRRANimJ *** O astrônomo João Canalle, presidente da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), fala sobre as olimpíadas de conhecimento no podcast Papo Transparente, pelo YouTube, ao vivo, nesta quarta, às 21h *** A FSB Comunicação anunciou a nomeação do sócio-diretor Marcelo Montenegro ao cargo de diretor-geral da operação privada da empresa em São Paulo e Brasília.

Inflação de março pesou menos para famílias de renda alta

Ipea: recuo de passagens aéreas ajudou a frear preços

As famílias com renda mensal alta (acima de R$ 21.059,92) sentiram menos o peso da inflação, em março, se comparadas com os lares de renda muito baixa (menor que R$ 2.105,99). Enquanto a inflação oficial do país ficou em 0,16%, o peso para o bolso das famílias que estão no topo da pirâmide foi de 0,05%. Já para a base, 0,22%.

A análise faz parte do estudo Indicador de Inflação por Faixa de Renda, divulgado nesta segunda-feira, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento. O Ipea faz o desdobramento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de fevereiro para março, a inflação das famílias de renda alta passou de 0,83% para 0,05. No caso das famílias de renda muito baixa, a desaceleração no período foi menos expressiva, de 0,78% para 0,22%.

Segundo a Agência Brasil, a análise da pesquisadora Maria Lameiras destaca que os preços dos alimentos no domicílio e dos combustíveis explicam grande parte deste alívio inflacionário em março. Mas as famílias de renda alta foram mais beneficiadas pela descompressão do grupo educação, que em fevereiro tinha sido impactado por reajuste de mensalidades escolares.

Um dos principais motivos para grupos familiares sentirem inflações diferentes é devido o perfil de consumo desses lares. Os mais pobres, por exemplo, têm o orçamento mais sensível a mudança nos preços de alimentos.

Já as famílias mais endinheiradas sentem mais alterações no custo de passagens aéreas, por exemplo. Esse item apresentou recuo de 9,1% em março, o que levou a uma "descompressão ainda mais significativa para a faixa de renda alta", segundo o Ipea.

No acumulado de 12 meses, há uma inversão. As famílias de renda muito baixa percebem um aumento de 3,25% no custo de vida, abaixo da média nacional, 3,93%. Já os lares com renda alta tiveram inflação de 4,77%.

Nesse período, a maior contribuição de inflação para famílias de menor renda são os alimentos, que subiram 0,79%. No caso das famílias de renda alta, os maiores pesos ficaram com os itens transportes (0,97%) e saúde e cuidados pessoais (0,99%).

São Paulo poderia ter três cassinos, se aprovado projeto

A exploração de jogos de azar era permitida no Brasil até 1946. A última partida de roleta foi realizada no cassino do Hotel Copacabana Palace em 30 de abril de 1946. Décadas depois, o tema está de volta ao debate político. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado, tem reunião marcada para esta quarta-feira (17), às 10h, com 20 itens em pauta. Um deles é o projeto que amplia o leque de jogos de azar autorizados no país (PL 2.234/2022).

Do ex-deputado Renato Vianna (MDB-SC), o projeto autoriza, entre outras modalidades, o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza o jogo do bicho e permite apostas em corridas de cavalos. O relator, senador Irajá (PSD-TO), é favorável à matéria.

O texto autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos ou em complexos integrados de lazer, sob o limite de um cassino em cada estado e no Distrito Federal, com exceção de São Paulo, que poderia ter até três cassinos, e de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, nos quais o limite previsto para cada estado é de dois cassinos. De acordo com a proposta, também poderão funcionar casas de jogos em embarcações marítimas e fluviais, que seguirão regras específicas. O cassino deverá comprovar capital social mínimo integralizado de, pelo menos, R$ 100 milhões e poderá ser credenciado por 30 anos.

Regras

A proposição também estabelece regras para o jogo de bingo em modalidades de cartela e eletrônica, e permite em cada estado o credenciamento de uma pessoa jurídica a cada 700 mil habitantes para a exploração do jogo do bicho. Nesse caso, as autorizações terão validade de 25 anos, renováveis por igual período. As corridas de cavalos poderão ser exploradas por entidades turfísticas (ligadas ao turfe) credenciadas no Ministério da Agricultura, que também poderão explorar, ao mesmo tempo, jogos de bingo e videobingo.

Em seu relatório, Irajá afastou como "conceito jurídico indeterminado" o da ofensa à moral e aos bons costumes, usado como argumento contra os jogos de azar, e destacou que o projeto trata de passar ao controle do Estado uma prática que hoje constitui contravenção. Citando estatísticas sobre o mercado de apostas legais ou ilegais, Irajá conclui que "os jogos de azar já constituem uma atividade econômica relevante". O relator rejeitou as emendas oferecidas pelos senadores e ofereceu emenda de redação substituindo as menções a "Ministério da Economia" por "Ministério da Fazenda".

Segundo a Agência Senado; no Brasil, os cassinos passaram a existir depois da independência, proclamada em 1822, e eram frequentados no Império e durante parte do período republicano pela alta nobreza.

INFORMATIVO

Informação Relevante: a todos interessados do grupo de filiados na CCT/2024 - 2025 SECRASO, que a assinatura para a devida Convenção Coletiva ano base, foi assinada no último 03/04/2024 com validade de oposição até o dia 13/04/2024. Todos os envios após esta data serão inúteis conforme cláusula da própria convenção aludido em assembleia das categorias. Rua Santa Luzia, 799 – 8º andar – Centro. Rio de Janeiro, 15/04/2024. Ass. Direção Senalba Rio Capital – CNPJ 33.647.390/0001-10.

CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE JUTURNAÍBA S/A
CNPJ nº 02.013.199/0001-18 - NIRE 33.3.0016564-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da sociedade à Rodovia Amaral Peixoto, s/n, Km 91, Bananeiras, Araruama/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Araruama, 15 de abril de 2024. Rodrigo Assad Macool - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

ÁGUAS DO IMPERADOR S/A
CNPJ nº 02.150.327/0001-75 - NIRE 33.3.0016655-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2023, às 13 horas, na sede da sociedade na Rua Dr. Sá Earp nº 84, Morin, Petrópolis/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Petrópolis, 15 de abril de 2024. João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor.

SEU DIREITO

A importância do plano de carreira para advogados

Por Tomé Capovila

Os escritórios de advocacia são ambientes dinâmicos e altamente competitivos, onde os profissionais da área de Direito buscam não apenas se destacar em suas áreas de atuação, mas também progredir em suas carreiras. Ter um plano de carreira para os advogados é uma ferramenta estratégica para a gestão desses profissionais.

Olhando para o lado das pessoas, podemos destacar:

– Desenvolvimento profissional: um plano de carreira oferece aos advogados um roteiro claro para o desenvolvimento de suas habilidades jurídicas e competências profissionais. Com uma trilha de metas de curto e longo prazo relacionadas à expertise jurídica, à construção de redes de contatos e à progressão no escritório.

– Evolução na especialização: a especialização em uma área específica do direito é um fator crítico de sucesso profissional. Um plano de carreira pode ajudar esses profissionais a identificar as trilhas de carreira, com base nas áreas de interesse, e a traçar um caminho para se tornarem especialistas reconhecidos em suas áreas.

– Equilíbrio entre vida profissional e pessoal: permite incluir metas relativas ao equilíbrio entre vida profissional e pessoal, promovendo a saúde mental e o bem-estar dos advogados. Isso pode envolver a definição de limites de trabalho, a busca por oportunidades de flexibilidade e a promoção de práticas saudáveis de gerenciamento do tempo.

Olhando para o lado das empresas:

– Retenção de talentos: na guerra pelos talentos, a retenção de advogados especializados é um fator crítico de sucesso de um escritório de advocacia. Um plano de carreira sólido demonstra o compromisso da organização com o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, aumentando a lealdade e reduzindo a rotatividade.

– Crescimento organizacional sustentável: profissionais que têm um plano de carreira claro e oportunidades de desenvolvimento são mais aderentes aos valores da empresa, mais propensos a contribuir para o crescimento e a lucratividade dos negócios, são mais motivados a buscar a excelência no atendimento aos clientes e a alavancar novas oportunidades de negócios.

– Cultura de colaboração e inovação: com a velocidade crescente da tecnologia e da inovação, o plano de carreira que promove o desenvolvimento de habilidades e o reconhecimento do mérito incentiva uma cultura de colaboração e inovação dentro do escritório. Os profissionais se sentem encorajados a compartilhar conhecimentos, colaborar em projetos e buscar novas maneiras de resolver os desafios legais dos clientes.

– Estratégias de implementação eficientes: avaliação de desempenho regular. um plano de carreira eficaz pede uma avaliação de desempenho, identificando pontos fortes e áreas de melhoria, permitindo que os gestores forneçam feedback construtivo e personalizado, orientando os profissionais em seu desenvolvimento profissional.

No geral, o plano de carreira bem elaborado é essencial para o sucesso dos profissionais de uma empresa, principalmente naquelas onde o trabalho intelectual é predominante e as nuances e desafios dos trabalhos são altamente impactados pelas mudanças.

Tomé Capovila, da Lassori Advogados.

COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S.A.
CNPJ 10.775.815/0001-04 / NIRE 333.0007634-4
Edital de Convocação: Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 12:00h., na sede social da Cia., localizada na Rua Teófilo Otoni, nº 15 - 12º and., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2017, 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.23; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos**; iii)** Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria; **iv)** Fixar o montante de remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Rogério Luiz Lima Figueira - Dir. Presidente.

ÁGUAS DE NITERÓI S/A
CNPJ nº 02.150.336/0001-66 - NIRE 33.3.0026182-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 08 horas, na sede da sociedade na Rua Marques de Paraná nº 110, Centro, Niterói/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; **(e)** Eleição/reeleição da Diretoria; e **(f)** Assuntos gerais da Companhia. Niterói, 15 de abril de 2024. Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor; Thiago Contage Damaceno - Diretor.

ÁGUAS DO PARAÍBA S/A
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Convocamos os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem no dia 25 de abril de 2024, às 17 horas, na sede da sociedade à Rua Avenida Dr. José Alves de Azevedo nº 233, Parque do Rosário, Campos dos Goytacazes/RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Tomada das contas, exame, discussão e votação das Demonstrações Contábeis e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(b)** Destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(c)** Retenção de lucros; **(d)** Exame e discussão da proposta orçamentária para o ano de 2024; e **(e)** Assuntos gerais da Companhia. Campos dos Goytacazes, 15 de abril de 2024. Giuliano Junho Tinoco - Diretor; Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor.

Licenciamento de veículos: emissão do CRLV-e volta a ser cobrada

Por decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio, o Detran-RJ voltará a cobrar a taxa anual de emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo digital (CRLV-e), no valor de R$ 76,77. O pagamento desta taxa tinha sido suspenso em março de 2022, a partir da aprovação pela Assembleia Legislativa (Alerj) da Lei Estadual 9.580/2022, que em março foi declarada inconstitucional pelos desembargadores do TJ-RJ.

Com isso, o valor da Guia de Regularização de Taxas (GRT) passa a ser de R$ 268,65, dos quais R$ 191,88 são referentes à taxa de licenciamento anual do veículo e R$ 76,77 à emissão do CRLV-e. Como já informado anteriormente pelo Detran-RJ, para a emissão do documento de licenciamento de 2024 será necessária também a quitação integral do IPVA e das multas de trânsito vencidas.

O pagamento da taxa de emissão do CRLV-e será retroativo. Em maio, o Detran-RJ enviará ao Bradesco as guias para pagamento da taxa de 2023, que estava suspensa pela lei declarada inconstitucional. Mesmo quem já pagou a GRT de 2024 precisará quitar o valor da taxa de emissão da CRLV-e, tanto de 2024 quanto de 2023. O não pagamento impedirá a realização de qualquer serviço relacionado ao veículo, como transferência de propriedade e outros.

A Lei Estadual 9.580/2022, que suspendeu o pagamento da taxa de emissão do CRLV-e, tinha alterado dispositivos da Lei Estadual 8.269/2018, que foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em maio do ano passado. A Constituição da República estabelece que é competência privativa da União legislar sobre trânsito. A lei contrariou o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que condiciona o licenciamento anual à quitação de débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais. No mês passado, o Órgão Especial do TJ-RJ estendeu a declaração de inconstitucionalidade à Lei 9.580/2022.

O licenciamento anual é 100% digital. Para obter o documento de 2024, é necessário pagar a GRT, obtida no site do Bradesco, o IPVA e as multas vencidas. Após a compensação dos pagamentos, o documento digital CRLV-e fica disponível para o usuário no Posto Digital do Detran-RJ ou no aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). Ou ainda no portal da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

O documento de 2023 ainda é válido, pois o Detran-RJ prorrogou os prazos do licenciamento de 2024. Para veículos com final de placa 0, 1 e 2, o prazo vai até 31 de julho de 2024. Para os finais de placa 3, 4 e 5, o licenciamento pode ser feito até 31 de agosto. E para os finais de placa 6, 7, 8 e 9, o prazo final é 30 de setembro de 2024.

Aumento do salário mínimo deve impulsionar pequenos negócios

A estimativa do governo federal para o salário-mínimo em 2025 está em R$ 1.502, uma alta de 6,37% em relação aos R$ 1.412 atuais. A proposta do novo valor está prevista no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, que traz orientações para a elaboração do Orçamento 2025.

O texto foi enviado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) ao Congresso Nacional nesta segunda-feira. A equipe econômica do Executivo também propôs no PLDO a meta de déficit zero nas contas públicas, o que sinaliza a manutenção do controle fiscal.

Em 2023, cálculo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que o reajuste do salário-mínimo injetaria R$ 70 bilhões na economia. O presidente do Sebrae, Décio Lima, avalia que essa expectativa deve se manter para o ano que vem, tendo em vista que o crescimento está no mesmo patamar, com acréscimo de R$ 90.

"O aumento do salário-mínimo significa mais dinheiro circulando, consequentemente mais poder de compra. Na prática, é a economia aquecida. Para os empreendedores de pequenos negócios representa ampliar mercado e oportunidades, com geração de emprego e renda", argumenta.

Décio Lima reforça que este aumento impacta a economia e a renda das pessoas de um modo geral. O aumento de 2025 segue a nova política de valorização do mínimo a cada ano.

Brasil realizou 91,56 milhões de trocas de operadora desde 2008

Desde 2008, no Brasil, usuários de telefonia móvel e fixa podem migrar de operadora sem alterar o número de identificação dos acessos. Neste período, 91,56 milhões de transferências foram realizadas.

De acordo com o relatório trimestral da Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações (ABR Telecom), entidade administradora da portabilidade numérica, desde setembro de 2008, quando o serviço passou a ser oferecido no País, até o dia 31 de março de 2024, foram efetivadas 22,65 milhões (25%) de migrações por usuários de telefones fixos e 68,91 milhões (75%) a partir de iniciativa de titulares de números de terminais móveis.

A portabilidade numérica começou a ser implantada gradativamente nos 67 DDDs em operação no País a partir de setembro de 2008 e as migrações foram possíveis, em todo o território nacional, em março de 2009.

Considerando apenas o primeiro trimestre de 2024 (janeiro a março), a ABR Telecom apurou que 1,50 milhão de trocas de operadoras foram concluídas. Nesses três meses, 336,46 mil (22%) migrações foram feitas por usuários de terminais fixos e 1,16 milhão (78%) demandadas por titulares de telefones móveis.

A portabilidade numérica é realizada entre operadoras de Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) conforme o Anexo do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 73, de 25 de novembro de 1998. O modelo de portabilidade numérica no Brasil, definido pela Anatel, determina que as trocas devem ser solicitadas pelos usuários sempre dentro do mesmo serviço, isto é, de móvel para móvel ou fixo para fixo, e na área de alcance do mesmo DDD.

A partir do momento em que o usuário solicita a transferência de operadora comunicando à empresa para onde deseja migrar, a efetivação acontece em três dias úteis ou após esta data, quando o usuário quiser agendar. Caso o usuário desista da migração e decida permanecer na operadora que presta o serviço, dispõe de dois dias úteis, após a solicitação de transferência, para suspender o processo de migração em andamento.

Wiz (WIZC3): 2023, modelo de negócio e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Wiz com Marcus Vinicius Oliveira, CEO da companhia. A Wiz é uma corretora de seguros especializada em bancassurance e distribuidora de consórcios e crédito, e que atua também na área de prestação de serviços, principalmente BPO (Business Processing Outsourcing) para seguradoras.

Como a Wiz avalia o seu ano de 2023 e suas perspectivas para 2024?

Como destaques de 2023, nós tivemos uma receita líquida ex comissões na ordem R$ 914 milhões, um Ebitda de R$ 580 milhões e um lucro líquido consolidado de R$ 236 milhões. Quando eu falo em lucro líquido consolidado, é preciso entender que nós temos participações em todas as unidades de negócio da Wiz. Por exemplo, quando nós consolidamos a BRB Seguros, parte do seu resultado fica com o banco e parte com a Wiz. O mesmo acontece com o Bmg, Paraná Banco, Banco Omni, e por aí vai. No caso do Banco Inter, nós subimos a nossa receita por equivalência, pois não consolidamos a operação conosco, mas ainda assim ela tem uma relevância extremamente especial.

Para dar uma ideia do que foi 2023 para a Wiz, nós emitimos R$ 2,8 bilhões em prêmios de seguros. Só no BRB foram R$ 612 milhões. No Paraná Seguros, que é uma operação greenfield iniciada há apenas um ano, R$ 30 milhões. Esse número pode parecer pequeno dentro do horizonte da Wiz, mas é um número bastante relevante para algo que não existia.

Em linhas gerais, o ano de 2023 trouxe uma premiação para tudo o que tivemos coragem de iniciar, especialmente num trimestre onde tínhamos uma Selic de 13,75%. Nós tivemos coragem de mexer na estrutura da empresa, de reduzir o headcount e o payout de pagamento de dividendos, e de trabalhar uma forte economia de custos e uma captura maior de sinergias de negócios. Nós fortalecemos a nossa estrutura de capital através de mútuos com os acionistas e buscamos aumentar as margens em todas as negociações que temos, rentabilizando operações e novos negócios. Essa foi a postura que tivemos em 2023, considerando todo o crescimento inorgânico que tivemos desde 2018.

Além disso, nós buscamos firmar a nossa posição em tecnologia com a Wiz Pro, ferramenta que será apresentada na Insurtech da CQCS, que será realizada em nov/2024, onde blindamos e colocamos todos os produtos e possibilidades em módulos tailor made para clientes existentes e futuros, através de operações, engagement, vendas e serviços. Nós queremos tratar isso como uma vantagem competitiva.

Para 2024, nós temos uma perspectiva extremamente positiva, baseada em todo o trabalho que tem sido realizado ao longo do tempo. Como eu costumo dizer, não é sempre que o sucesso vem fácil, mas, na maior parte das vezes, ele só se dá com muito esforço e fracassos. Nós tivemos um período muito grande de maturação dos nossos negócios até que conseguíssemos encontrar o espaço certo e o momento certo para que eles fossem feitos. Nós estamos muito animados para 2024, pois estamos fazendo um dever de casa gigantesco e estamos muito firmes no propósito e na paixão de fazê-lo bem feito.

Como a Wiz avalia o momento do mercado de seguros e suas perspectivas?

Hoje, o mercado de crédito ainda é muito importante para a Wiz, pois o nosso negócio principal ainda está alinhado com as joint-ventures (JVs) que funcionam com instituições financeiras. Com exceção do Banco Inter, que tem venda digital isolada da esteira de crédito, todo o restante está muito alinhado à esteira de crédito.

Para 2024, nós temos perspectivas extremamente otimistas, pois a sinalização da redução da taxa de juros, com muitos economistas apontando que ela pode chegar ao final do ano entre 8,5% e 9,5%, é extremamente representativa, já que estamos saindo de 13,75%. Esse é um cenário de crescimento de originação de crédito muito grande.

Nós podemos ver isso com as nossas unidades de negócio da Promotiva e do BRB, que, cada vez mais, vão num crescente de operações de crédito. Ou seja, a redução da taxa de juros beneficia demais as operações de bancassurance e de distribuição de crédito, o que, sem a menor dúvida, vai acelerar a receita ao longo de 2024. Além disso, a CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras) está fazendo um trabalho bastante forte para a simplificação dos seguros

Hoje, o setor representa 2,9% do PIB, sendo que muitos players têm a expectativa de que essa participação chegue a 10% em 2030. Eu acho um pouco exagerado dizer isso, mas, certamente, nós conseguiremos duplicar a posição atual até lá. Por exemplo, os seguros, assistências e tickets mais baixos oferecem mais oportunidades. Todo o crescimento da Inteligência Artificial voltado para

Divulgação Wiz

Marcus Vinicius Oliveira

seguros facilita a colocação desses seguros para futuros clientes, já que é possível segmentá-los melhor para a oferta de produtos adequados. Essa série de ações para 2024 vai se perpetuar e facilitar o acesso, a compreensão e a oferta de seguros.

No caso específico da Wiz, além de todos os motivos que relacionei, nós estamos, firmemente, no processo de transformar a nossa ferramenta tecnológica em algo que vai facilitar a vida dos negócios que já temos, bem como dos negócios que possamos vir a ter. Mais do que isso, nós viemos de uma experiência onde conhecemos muito a nossa base de clientes, o que nos possibilita trabalhar uma oferta mais adequada de produtos. Ou seja, a maturação e a sinergia entre todas as unidades de negócio que temos, vão trazer, cada vez mais, oportunidades de negócio. Sem medo de errar, e isso não é um guidance, nós temos certeza de que vamos chegar ao final de 2024 conseguindo bater o budget planejado para este ano.

A Wiz fez IPO em 2015 e começou a implementação do atual modelo de unidades de negócio em 2018. Como a companhia avalia essa mudança e a evolução do atual modelo?

Nós estamos falando de uma empresa que completou 50 anos no ano passado. Até 2018, a Wiz era uma empresa, praticamente, monocliente, já que tínhamos uma exclusividade no balcão da Caixa, só que naquele ano, o banco comunicou o mercado de que faria bids por segmento em 2021. Com isso, nós vimos que precisávamos encontrar caminhos que nos blindassem como empresa no futuro.

Assim, tudo aquilo que não colidisse com o negócio que existia com a Caixa teria a possibilidade de ser trazido para dentro do nosso negócio. Foi assim que surgiram as oportunidades da venda digital dentro do Inter e de aquisição de uma empresa de consórcio e de uma série de outras empresas.

Em 2021, nós não vencemos o certame licitatório feito por segmentos para o balcão da Caixa, mas, naquela altura do campeonato, a empresa já estava se redimensionando e conseguindo buscar novos negócios que tinham condições de fazer frente à perda de um negócio que representava mais de 80% de todo o nosso faturamento.

No final daquele ano, quando terminou o acordo de transição com a Caixa, nós passamos a viver outro momento. Nós adotamos o mote "nunca aposte contra a Wiz", pois como o mercado nos entendia tamanhamente vinculados à Caixa, muitos achavam que a Wiz, sem a Caixa, estava fadada ao insucesso, o que não foi verdade.

De lá para cá, nós vencemos o certame do BRB, surgiram outros produtos e formalizamos novos deals que fizeram com que minimizássemos a perda da Caixa. Eu não vou ser hipócrita de dizer que a perda da Caixa era substituível, de pequena importância, mas os números e resultados da companhia demonstraram que nós conseguimos, realmente, dar a volta por cima.

Hoje, nós estamos numa situação extremamente confortável, sem a dependência da Caixa, mas ainda com uma receita proveniente da Caixa muito relevante referente aos run-offs das apólices decorrentes de vendas realizadas ainda na gestão da operação com o banco, e que possuem uma perpetuidade, uma duration maior, como, por exemplo, as apólices de habitacional que duram 15 anos.

Por mais que essa receita ainda seja bastante relevante, ela já não é a maior receita do negócio, tanto que o negócio já sobrevive sem a Caixa e vem num crescendo. Nós temos a consciência de termos feito o dever de casa que nos possibilitou ter uma condição extremamente confortável sem termos o grande cliente, que durante 45 anos, foi o único e maior cliente da Wiz.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/wiz-wizc3-2023-modelo-de-negocio-e-perspectivas

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO, LIMPEZA URBANA, TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua Alcindo Guanabara, nº 17, salas 1301 a 1305, Centro, Rio de Janeiro - RJ / Tel.: 2220-3531/9846
E D I T A L

Faço saber aos que lerem ou deles tiverem conhecimento que, em cumprimento ao disposto no Art. 612 e Parágrafo Único do Art. 857 da CLT, estão convocados os integrantes da Categoria Profissional dos **Empregados em Empresas de Administração de Imóveis inorganizados em Sindicatos no Estado do Rio Janeiro**, a comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia **24 de Abril de 2024**, à Rua Senador Dantas, nº 75, sala 604 - Centro - Rio de Janeiro,com a presença de 2/3 dos integrantes da Categoria Profissional acima referida,em 1ª convocação às 16:00 horas, ou em não havendo número legal, em 2ª convocação às 16:30 horas, tendo em vista a seguinte Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e votação da Proposta de Aumento Salarial e condições laborativas a serem submetidas à Categoria Econômica e a beneficiar a Categoria Profissional em toda a base mencionada, na forma do Art. 611 e seguinte da CLT; b) Autorização à Diretoria da Federação para assinatura da Convenção Coletiva ou na sua impossibilidade, para instauração de instância de Dissídio Coletivo; c) Autorização à Diretoria da Federação para obtenção de Desconto Assistencial e Confederativo, obedecidas as disposições legais do Art. 613 da CLT, combinado com a letra "e" do Art. 513 do mesmo Diploma Legal, cujo montante será destinado aos custeios dos programas de assistência sociais e jurídicas. Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2024.
MANOEL MARTINS MEIRELES
Presidente

SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 30.458.020/0001-71 NIRE 33.3.0000065-8
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **SAJUTHÁ-RIO PARTICIPAÇÕES S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 17h do dia 29/04/2024, na sede social da Companhia, na Praia do Flamengo, 200 - 19º andar (Parte), Flamengo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para apreciação e deliberação das seguintes matérias: **a)** Relatório Anual da Administração e Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **b)** Ratificar o pagamento de Dividendos e a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2023; **c)** Destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023 e pagamento de dividendos; **d)** Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de sua remuneração. Rio de Janeiro, 12/04/2024.
Wilson Lemos de Moraes Junior - Diretor-Presidente.

CEG RIO S.A.
CNPJ/MF Nº 01.695.370/0001-53 - NIRE: 3330016451-1
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CEG RIO S.A. a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), a se realizar no próximo dia 29 de abril de 2024 às 12h (doze horas), em primeira convocação, de forma virtual, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1)** Exame e aprovação do Relatório Anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras de 2023, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, assim como do parecer do Conselho Fiscal; **2)** Aprovação da Distribuição de Resultados de 2023; **3)** Instalação e eleição do Conselho Fiscal da Companhia; e **4)** Fixação da remuneração da administração da Companhia e do Conselho Fiscal. Informamos aos Srs. acionistas que se encontram à disposição, na sede da companhia, os documentos constantes da Ordem do Dia, conforme previsão legal. Os representantes dos acionistas deverão comparecer à AGO munidos de instrumento de procuração. Rio de Janeiro (RJ), 15 de abril de 2024.
José Garcia Sanleandro - Presidente do Conselho de Administração.

LOGUM LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF 09.584.935/0001-37 / NIRE 33.300.295.127
Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE").

Ficam os acionistas convocados, na forma prevista nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76 e nos arts. 11 e 12 do Estatuto Social da Logum Logística S.A. ("Companhia"), a participar da AGOE, sob a forma digital, através da plataforma digital Microsoft Teams, conforme disposto na Instrução Normativa nº 81/2020 do DREI, conforme alterada, a ser realizada no dia **29/04/2024,** às **10h,** com o fim de debater e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) apreciação das Demonstrações Financeiras com as contas dos administradores, Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) proposta para destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; (iii) instituição do Conselho Fiscal da Companhia para o período de maio/2024 a julho/2025, nos termos do art. 38 do Estatuto Social; e (iv) eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) Remuneração Global dos Administradores para o período de maio/2024 a julho/2025. Para os fins legais, a AGOE será formalmente realizada na sede da Companhia, localizada na Praia do Flamengo, 154, salas 601, 602 e 604 – Flamengo – Rio de Janeiro, CEP 22210906. Será facultada, conforme legislação aplicável, a participação e voto dos acionistas via teleconferência na plataforma digital Microsoft Teams, com a identificação de acionistas, registro de manifestações, transmissão de documentos e apresentações, bem como a gravação do conclave em áudio e vídeo. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia e serão encaminhados aos representantes legais devidamente capacitados mediante solicitação. O acionista poderá ser representado na AGOE por seu representante legal ou por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. As pessoas que comparecerem à AGOE deverão exibir documento hábil de identidade e documentos comprobatórios dos respectivos poderes (inclusive poderes para outorga de procurações, se for o caso). Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024.
Jorge Celestino Ramos- Presidente do Conselho de Administração.

M2B SERVIÇOS DE ESTÉTICA S.A.
CNPJ 28.140.322/0001-55
NIRE :33.3.0032781-9
Comunicação aos acionistas para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da M2B Serviços de Estética S.A. (a Companhia) para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, as 11 horas, na sede da Companhia, situada na Av. Érico Verissímo, nº 1000, loja 125, Barra da Tijuca, CEP. 22.621-150, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)** Aprovação das contas, Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020.
Rio de janeiro, 12 de abril de 2024.
Mônica Muniz Coelho Moreira - Diretora Presidente

DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A.
CNPJ Nº 33.697.723/0001-40
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE ABRIL DE 2024
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Convocação

Convidam-se os senhores acionistas da DELPHOS SERVIÇOS TÉCNICOS S. A. a reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se presencialmente, no dia 17 de abril de 2024, sendo a primeira chamada às 13h45, e segunda, às 14h, que ocorrerá na sede da Companhia, localizada na Rua Itapiru, n.º 1287, Auditório do 1º andar, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2023; b) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023; c) Avaliação e aprovação do enquadramento da empresa no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, editado pelo Instituto Brasileiro de Gestão Corporativa - IBGC; d) Mudança do estatuto para prever a inclusão de novos diretores e alteração do artigo 12 e seus respectivos parágrafos; e) Mudança do estatuto para prever a criação de Conselho de Administração; e) Eleição dos membros do Conselho de Administração; g) Eleição dos membros do Conselho Consultivo; h) Eleição dos membros da Diretoria; i) Fixação do limite de remuneração dos diretores; j) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho de Administração; k) Fixação do limite de remuneração dos membros do Conselho Consultivo; e l) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. Elisabete Joana Bazana Prado - Diretora-Presidente.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS, DE RESSEGUROS E DE CAPITALIZAÇÃO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPÍRITO SANTO
CNPJ: 33 621 962/0001-17
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo convoca as empresas associadas quites e em gozo dos seus direitos sociais, integrantes da categoria, localizadas nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada por vídeo (Teams), dia 30 de abril de 2024, às 16h00, em primeira convocação e, 16h30, em segunda convocação, observado o quórum estatutário de instalação e deliberação sobre a seguinte ordem do dia: a) Apresentação, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2023, com respectivo parecer do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024.
Saint'Clair Pereira Lima- Presidente.

Anapetro pede CVM investigue conselheiro da Petrobras

A Associação Nacional dos Petroleiros Acionistas Minoritários da Petrobras (Anapetro), protocolou nesta segunda-feira, denúncia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o conselheiro Marcelo Gasparino por conta de indícios de ocorrência de conflitos de interesse no Conselho de Administração (CA) da Petrobras. A Anapetro requereu investigação pela CVM e as devidas responsabilizações perante possíveis atos ilegais.

Segundo a Advocacia Garcez, que representa a Anapetro na ação, Marcelo Gasparino está atualmente como conselheiro de quatro conselhos de administração - Petrobras, Eletrobras, Vale e Banco do Brasil. Porém, a sua atuação tem colocado em risco a administração da Petrobras, devido à ocorrência rotineira de declarações que afetam os interesses da companhia, bem como suas intenções no desenvolvimento de novos negócios, violando regulamentos internos e também a Lei das S.A.

Eletrobras e Petrobras são possíveis concorrentes no mercado de energia eólica onshore e offshore, e a permanência do conselheiro nos CAs das duas empresas compromete as responsabilidades e deveres do conselheiro. Devido à sua posição na empresa, Gasparino tem acesso a informações cruciais que influenciam diretamente o sucesso e a lucratividade da Petrobras.

Essa posição privilegiada também pode criar oportunidades conflitantes com os interesses da Petrobrás, uma vez que o conselheiro desempenha a mesma função na Eletrobras, interferindo no desempenho da evolução na Petrobrás na indústria de energia eólica e também na sua reputação perante o mercado. "A situação é grave e compromete a governança corporativa da Petrobrás, afirma o documento.

"Conselheiros e diretores devem ter reputação ilibada e não podem ser eleitos aqueles que ocuparem cargos em sociedade que podem ser consideradas concorrentes ou os candidatos que tiverem interesses conflitantes com os da companhia, salvo se de conhecimento e dispensa da assembleia geral", diz a denúncia.

Petrolífera quer descarbonizar a refinaria Lubnor

Previstos no Plano Estratégico 2024-2028+ da Petrobras, os projetos de descarbonização estão em implantação em várias unidades da empresa. A Petrobras iniciará estudos para realizar investimentos com o objetivo de descarbonizar a refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste (Lubnor), em Fortaleza (CE).

Inaugurada em 24 de junho de 1966, a Lubnor tem capacidade de processamento de 10 mil barris por dia de petróleo e atende a cerca de 12% do mercado nacional de asfaltos. A refinaria é a única produtora no país de óleos lubrificantes naftênicos e atua como polo logístico de combustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP, ou gás de cozinha) da Petrobras no Ceará. Em sua carteira, o produto predominante é o asfalto (48% do total), seguido de bunker e óleo combustível (34%), lubrificantes naftênicos (12%) e diesel marítimo (6%).

O diretor de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França da Silva, explicou que os estudos terão recursos do Programa Carbono Neutro, iniciativa de transição energética da companhia. O anúncio ocorreu durante a posse do novo gerente geral da unidade, o engenheiro Alfredo Alle Andrade David, na semana passada.

Na Lubnor, objetivo é neutralização total das emissões absolutas da refinaria. A Petrobras pretende substituir o gás natural utilizado atualmente pela Lubnor na geração de energia por biometano. Este combustível também será utilizado para produzir hidrogênio. O uso de biometano deve reduzir em 100% as emissões diretas de gás carbônico da refinaria (atualmente em 60 mil toneladas por ano).

A unidade também passará a produzir Biobunker, um combustível marítimo com conteúdo renovável, e CAP Pro, um asfalto com menor impacto ambiental na aplicação. Além disso, utilizará energia elétrica renovável em seus processos, o que deverá neutralizar em 100% suas emissões indiretas de gás carbônico.

Além dessas iniciativas já em implantação, a Petrobras estuda a inclusão de novos produtos para compor uma carteira mais sustentável: lubrificantes naftênicos produzidos com hidrogênio de baixo carbono, querosene de aviação com conteúdo renovável ou de baixo carbono, e combustíveis diesel tipo S10 RX — com baixo teor de enxofre e conteúdo renovável em sua composição. Conforme explicou o gerente de Tecnologia de Refino e Gestão de Ativos da Petrobras,

Rodrigo Abramof, as iniciativas em estudo passariam pela adequação e até mesmo ampliação da planta industrial da Lubnor. "Preparamos um conjunto de medidas, e elas passarão a integrar o Plano Diretor da refinaria". Se implementadas, essas iniciativas e as que já estão em andamento irão elevar de 60% para 80% o perfil de produtos da refinaria com características de fixação de carbono. A presença de conteúdo renovável, que hoje não integra os produtos da refinaria, poderá chegar a cerca de 10%. O gerente executivo de Refino da Petrobras, Marcos José Jeber Jardim, defendeu o Carbono Neutro como uma "mudança de marco". "É um rito de passagem, que cria um futuro que se desdobrará às novas gerações".

O diretor William França destacou que o Plano Diretor Lubnor Carbono Neutro se une a outras iniciativas que, juntas, consolidam o compromisso da companhia com a sociedade. 'Nossa ideia é ampliar e valorizar o refino", disse. Ele ressaltou a importância da inovação em questões como a transição energética. "Não podemos prescindir do tripé Empresa, Estado e Universidade."

OTHON L BEZERRA DE MELLO COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S.A.

CNPJ 33.200.023/0001-07 / NIRE 333.0011682-6

Edital de Convocação: Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 11:00h., na sede social da Cia., localizada na Rua Teófilo Otoni, nº 15 - 12º and., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022, 31.12.2023; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos**; iii)** Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria; **iv)** Fixar o montante de remuneração dos administradores; v) . Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Rogério Luiz Lima Figueira - Dir. Presidente.

COTONIFÍCIO OTHON BEZERRA DE MELLO S.A.

CNPJ 10.775.815/0001-04 / NIRE 333.0007634-4

Edital de Convocação: Convidamos os Senhores acionistas a se reunirem em AGO, no dia 29/04/2024, às 12:00h., na sede social da Cia., localizada na Rua Teófilo Otoni, nº 15 - 12º and., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31.12.2017, 31.12.2018, 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.23; **ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado dos períodos**; iii)** Eleição/Reeleição dos membros da Diretoria; **iv)** Fixar o montante de remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2024. Rogério Luiz Lima Figueira - Dir. Presidente.

JUÍZO DE DIREITO DA QUADRAGÉSIMA NONA VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE 1º, 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO – ELETRÔNICO, prazo: 05 dias, extraído dos autos da Ação de Execução proposta por ANTONELLI E ASSOCIADOS ADVOGADOS e ANASTASIA ADVOGADOS ASSOCIADOS em face de DUCAUTO DUQUE DE CAXIAS AUTOMÓVEIS LTDA (Processo nº 0249618-24.2020.8.19.0001): A Dra. NATASCHA MACULAN ADUM DAZZI, Juíza de Direito, FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente a DUCAUTO DUQUE DE CAXIAS AUTOMÓVEIS LTDA (antiga denominação de DUCAUTO INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES SA), através do seu representante legal, de que no dia **06/05/2024,** às 12:00, respectivamente, através do portal de leilões on-line do Leiloeiro Público Oficial Jonas Rymer (www.rymerleiloes.com.br), pelo Leiloeiro Público JONAS RYMER, será vendido a quem mais der a partir do valor da avaliação, e no dia **09/05/2024,** no mesmo horário e portal, a quem mais der a partir de 50% do valor da avaliação de **R$ 7.263.693,10,** a **Área A1 da Quadra 13, da Avenida Perimetral Brigadeiro Lima e Silva, Jardim 25 de Agosto – Duque de Caxias/RJ.** Cf. o Registro de Imóveis da 2ª e da 4ª Circunscrições de Duque de Caxias, a Área 1 encontra-se matriculada sob o nº 30445 e registrada em nome de Ducauto Duque de Caxias Automóveis Ltda, constando os seguintes gravames: 1) Av.01: Ônus Anterior 1º Penhora – Cf. o Ofício de Penhora nº 0024/2018, de 25/05/2018, 2ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias, processo nº 0018000-02.2005.5.01.0202 – AP, em que são partes como Agravante: Ducauto Duque de Caxias Automóveis Ltda e como Agravado: Dibson Fernandes, Maria Manuela Vasconcelos Pereira, Anselmo de Aguiar Pereira, Alexandre de Vasconcelos Pereira e Luiz Augusto Geoffroy de Souza Motta, 2º Penhora – Cf. o Ofício de Penhora nº 0169/2018, 20/09/2018, 21ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, processo nº 0000916-36.2011.5.01.0021 – ROrd, em que são partes como Autor: Jorge Carlos dos Santos e como Réu: Liderauto Veículos Ltda e Ducauto Duque de Caxias Automóveis Ltda; 3º Penhora – Cf. o Ofício PJe, 09/05/2019, 6ª Vara do Trabalho de Duque de Caxias, processo nº 0082200-69.2006.5.01.0206, em que são partes como Autor: Antonio Juacelio Fernandes Costa e como Réu: Ducauto Duque de Caxias Automóveis Ltda e Outros; 2) Av.02: Cf. o Ofício nº 250/2022/OF, 03/03/2022, 2ª Vara Cível de Duque de Caxias, processo nº 0034598-77.2021.8.19.0021, tendo como Requerente: Anastasia Advogados Associados e outro, e como Requerido: Ducauto Duque de Caxias Automóveis Ltda; 3) R.04: Penhora oriunda do presente feito; 5) Av.05: Protesto – Cf. o Ofício nº 69130735, 24/07/2023, 6ª Vara Cível de Duque de Caxias, processo nº 0817995-56.2022.8.19.0021, tendo como Requerente: Antonelli e Associados Advogados, e como Requerido: Ducauto – Incorporações e Participações Ltda. Constam também as seguintes Prenotações: Indisponibilidade em nome de Ducauto Duque de Caxias Ltda, cf protocolos CNIB nºs 1º) 201912.1313.01021426-IA-500 de 12/12/2019, processo nº 00005643620124025118, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ 1ª Vara Federal de Duque de Caxias; 2º) 202012.1917.01439884-IA-400, de 19/12/2020, processo nº 0003566420064025110, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ 1ª Vara Federal de São João de Meriti; 3º) 202103.2514.01548947-IA-440, de 25/03/2021, processo nº 00212009120065010069, do Tribunal Superior do Trabalho – 69ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro; e 4º) 202111.0311.01889328-IA-960, processo 001458880320078190021, do Superior Tribunal de Justiça – I Juizado Especial Cível; 5º) 201804.1913.00491662-IA-540, processo nº 01410008520005010017, do Superior Tribunal do Trabalho da 1ª Região – RJ – 17ª Vara; e 7º) 202304.1209.02648393-IA-350, processo nº 01343177220144025101, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região – RJ, decretado a Indisponibilidade de bens e direitos. Débitos de IPTU cf. a certidão emitida pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias: R$ 10.497,41, mais acréscimos legais (2020 - Inscrição: 4976597). A venda se dará livre e desembaraçada, com a sub-rogação dos valores das dívidas, em especiais as tributárias, no preço, na forma do artigo 908 do CPC: os créditos que recaem sobre o bem, inclusive de natureza propter rem, sub-rogam-se sobre o preço, observada a ordem de preferência. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances pela internet através do site www.rymerleiloes.com.br, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados em até 24 horas de antecedência do presente leilão. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, cientes de que a arrematação, adjudicação ou remição far-se-á à vista, mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, na forma do art. 892, CPC; acrescida de 5% de comissão ao Leiloeiro, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32; e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. E, foi expedido este edital. Outro, na íntegra, está afixado no Átrio do Fórum e nos autos acima. RJ, 02/04/2024. Eu, Luiza Helena Quintanilha da Silva, Mat. 01-31031 - Chefe de Serventia, o fiz datilografar e subscrevo. Dra. Natascha Maculan Adum Dazzi - Juíza de Direito.

GROSS — *90 anos cuidando da Saúde dos Brasileiros*

LABORATÓRIO GROSS S.A.

CNPJ nº 33.145.194/0001-72

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se tornem necessários. Rio de Janeiro, 15 de Abril de 2024. **A DIRETORIA**

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Circulante	92.340.330,31	79.798.343,19
Disponibilidades	1.711.831,98	1.674.920,72
Duplicatas à Receber	61.865.674,43	56.008.411,98
Duplicatas Descontadas	(10.790.289,30)	(9.987.031,06)
Adiantamentos Diversos	2.013.471,98	1.911.388,97
Impostos à Recuperar	1.063.409,64	916.029,82
Caução e Depósitos	3.385.157,35	2.148.193,91
Devedores Diversos	5.286.999,52	3.617.749,25
Estoques	27.804.074,71	23.508.679,60
Não Circulante	10.794.265,90	9.995.410,57
Investimentos	5.080.000,00	5.080.000,00
Imobilizado	17.102.043,73	15.194.958,55
Depreciações / Amortizações	(11.387.777,83)	(10.279.547,98)
Total do Ativo	103.134.596,21	89.793.753,76

Passivo	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Circulante	31.891.648,94	26.385.226,51
Fornecedor	4.828.625,98	5.376.997,56
Obrigações c/pessoal	2.019.976,41	1.890.101,60
Contas à Pagar	3.688.940,03	1.594.080,79
Leis Sociais à Pagar	3.414.864,45	3.164.042,93
Leis Fiscais à Pagar	5.043.717,70	7.424.465,00
Financiamento	12.895.524,37	6.935.538,63
Não Circulante	6.347.904,88	13.460.624,38
Leis Sociais à Pagar	678.142,44	1.640.936,04
Leis Fiscais à Pagar	3.126.568,39	4.380.969,92
Financiamento	2.543.194,05	7.438.718,42
Patrimônio Líquido	64.895.042,39	49.947.902,87
Capital Social	1.034.550,00	1.034.550,00
Reserva de Capital	5,18	5,18
Reserva Legal	201.164,83	201.164,83
Lucro Acumulado	63.659.322,38	48.712.182,86
Total do Passivo	103.134.596,21	89.793.753,76

ASSINATURAS

Gilda Maria Gross de Melo - Diretora Presidente;

Carlos Fernando Gross - Diretor Superintendente;

Jeferson da Motta Chaves - Contador CRC-RJ 045.153-O.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Lucro Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo no Início do Exercício	1.034.550,00	5,18	201.164,83	48.712.182,86	49.947.902,87
Mutações no Exercício:					
Lucro Distribuído	-	-	-	(2.400.000,00)	(2.400.000,00)
Recuperação de CSLL/IRPJ	-	-	-	192.900,11	192.900,11
Lucro Líquido do Período	-	-	-	17.154.239,41	17.154.239,41
Saldo no Final do Exercício	1.034.550,00	5,18	201.164,83	63.659.322,38	64.895.042,39

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Resultado do Exercício	17.154.239,41	15.453.130,98
Lucro Distribuido	(2.400.000,00)	(1.800.000,00)
Recuperação de CSLL/IRPJ	192.900,11	0,00
Variação Depreciação / Amortização	1.108.229,85	962.083,13
Resultado Bruto de Caixa	16.055.369,37	14.615.214,11
Variação da Necessidade de Capital de Giro	(12.958.639,17)	(7.485.790,45)
Resultado Operacional de Caixa	3.096.730,20	7.129.423,66
Variação de Empréstimos de C/P	5.959.985,74	200.866,33
Resultado Corrente de Caixa	9.056.715,94	7.330.289,99
Variação dos Itens não Circulantes de Caixa		
Aumento / Redução do Ativo Não Circulante	(1.907.085,18)	(1.363.856,00)
Total Variação dos Itens não Circulantes	(1.907.085,18)	(1.363.856,00)
Variação dos Itens não Correntes		
Empréstimos de L/P	(4.895.524,37)	(6.913.777,95)
Leis Sociais / Fiscais à Pagar de L/P	(2.217.195,13)	(2.690.295,63)
Total Variação dos Itens não Correntes	(7.112.719,50)	(9.604.073,58)
Resultado Líquido de Caixa	36.911,26	(3.637.639,59)
Ativo Circulante Financeiro Inicial	1.674.920,72	5.312.560,31
Ativo Circulante Financeiro Final	1.711.831,98	1.674.920,72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2022
Receita Venda de PROD. de FAB. Própria	228.995.836,16	194.774.789,74
ICMS e Outras Deduções de Vendas	(71.383.069,31)	(60.143.772,78)
Receita Líquida	157.612.766,85	134.631.016,96
Custo dos Produtos Fabricados Vendidos	(43.474.552,28)	(39.504.856,48)
Lucro Bruto	114.138.214,57	95.126.160,48
Receitas/Despesas Operacionais:		
Receitas Financeiras	216.894,18	4.419.771,26
Outras Receitas	441.978,41	139.695,77
Despesas Comerciais	(3.760.658,07)	(2.763.697,99)
Encargos Sociais Obrigatórios	(13.618.350,95)	(11.307.194,85)
Encargos Sociais Espontâneos	(11.131.649,65)	(8.424.212,46)
Outros Custos (Perdas)	(1.645.531,45)	(2.106.829,71)
Despesas c/Remunerações	(16.265.321,05)	(14.466.079,35)
Despesas c/Serviços	(6.140.337,35)	(5.726.714,73)
Despesas c/Materiais	(313.566,92)	(322.989,54)
Despesas c/Comunicações	(514.120,97)	(499.462,88)
Despesas c/Alugueis	(3.879.949,89)	(3.119.645,28)
Despesas c/Publicidade	(16.847.494,11)	(14.390.314,16)
Despesas c/Locomoção	(3.020.664,50)	(2.341.788,63)
Despesas c/Benefícios	(697.767,92)	(913.894,30)
Despesas Financeiras	(11.108.217,18)	(11.031.112,33)
Despesas Tributárias	(1.712.490,30)	(1.456.082,17)
Lucro Antes de Outras Despesas	24.140.966,85	20.815.609,13
Outras Despesas	(3.650.736,85)	(3.357.085,79)
Lucro Operacional	20.490.230,00	17.458.523,34
Lucro Líquido Antes da Contribuição Social	20.490.230,00	17.458.523,34
Contribuição social sobre o lucro	(889.409,27)	(537.192,09)
Lucro Líquido do Período Base	19.600.820,73	16.921.331,25
Provisão para o imposto de renda	(2.446.581,32)	(1.468.200,27)
Lucro Líquido Período Base Depois P.P.I.R.	17.154.239,41	15.453.130,98

NOTAS EXPLICATIVAS

1) As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com os critérios estabelecidos pela lei 6404/76. Estão expressas em reais 2023/2022.

2) Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio.

3) O imobilizado é demonstrato pelo custo de aquisição e instalação.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimado dos bens.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Prezados Acionistas, A Administração da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (doravante "PB-LOG" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2023, a PB-LOG completou 11 anos de existência e atuou alinhada com seu posicionamento estratégico, focando na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de *Upstream*, com reconhecida posição competitiva em custo, prontidão e flexibilidade operacional. O resultado do exercício premiou um esforço integrado de todos os nossos colaboradores, com comprometimento e competência, em articulação com nossos parceiros, clientes e fornecedores, sempre visando maiores níveis de operação e segurança. A segurança é prioridade para todo o Sistema Petrobras e, em 2023, nossas operações logísticas alcançaram uma taxa de acidentados registráveis (TAR) de 0.15 acidentados/milhão de homens-hora, um decréscimo de 75% em relação a 2022 e de 73% em relação ao limite de alerta para esse indicador. A empresa buscou executar suas operações comerciais embasadas nas relações de cooperação mútua e respeito aos clientes, com as melhores condições de serviço para garantir o atendimento aos níveis de serviço e não comprometer as necessidades da operação. Os esforços das negociações contratuais proporcionaram a geração de valor e um resultado econômico aderentes aos riscos comerciais e operacionais analisados, assumidos e/ou mitigados e respaldados pelas gerências e pela administração. Esforço integrado de compreender o modelo de negócio da empresa e a consecução efetiva do resultado esperado. O nosso Lucro Líquido auferido no exercício, de R$ 1.007, representa a eficiência e a escala das nossas operações, será integralmente distribuído ao Acionista sob forma de dividendos. Nesse sentido, antecipamos dividendos à acionista controladora, no valor de R$ 745 em dezembro de 2023, referente ao lucro auferido no período de janeiro a setembro de 2023. No ambiente de gestão contratual, buscamos ação tempestiva na contratação/cessão de frota para atendimento às nossas demandas de serviço, sempre em colaboração para uma adequada gestão do Pool logístico do Sul-Sudeste e às necessidades das operações de E&P da Petrobras. Ainda, priorizamos a diligência nas medições contratuais. Houve evolução nos controles de atendimento às obrigações assessórias, com mitigação de exposição contratual e a regularização de saldos e provisões com clientes e fornecedores. Tivemos também um ano de consolidação na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controles de Riscos Empresariais e de Integridade, com consequente impacto positivo na governança da Cia. A integração das linhas de defesa foi um pilar de trabalho com iniciativas que evoluem de maneira consistente a gestão. A PB-LOG busca a melhoria contínua dos seus processos e a garantia de altos padrões de segurança, eficiência, ética e integridade, certa de que ainda possui importantes iniciativas de gestão para atender às demandas e expectativas de seus clientes em um ambiente de rápidas e constantes mudanças. Agradecemos a todos os nossos *stakeholders* pela cooperação ao longo do ano 2023 e reafirmamos que continuaremos envidando esforços para alcançar novos desafios e objetivos em 2024.

A Administração

SOBRE ESTE DOCUMENTO

O presente Relatório da Administração visa atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/76, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Este relatório reflete a realidade da Companhia e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria. Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam a identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela Companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

PERFIL CORPORATIVO

A PB-LOG: Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro, atuando prioritariamente na logística de suporte *offshore* e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo bens e serviços necessários às atividades de seus clientes. A Companhia tem concentrado suas operações em Consórcios operados pela Petrobras em todo o território nacional. A abrangência da sua infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento de operações complexas. Suas bases, estrategicamente posicionadas junto às grandes bacias produtoras, permitem à PB-LOG ofertar um amplo rol de serviços integrados.

VISÃO, MISSÃO E VALORES

Nossa missão, visão e valores foram reafirmados no Plano Estratégico 2024-2028:

Visão

Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Missão

Gerar valor para os nossos *stakeholders* com excelência em serviços de exploração e produção com alto padrão de segurança, de forma competitiva e sustentável.

Valores

Cuidado com as pessoas | Integridade | Sustentabilidade | Inovação | Comprometimento com a Petrobras e com o País

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Fundada em novembro de 2012, a PB-LOG é uma Sociedade Anônima de capital fechado e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico (PE) apresenta expectativas de longo prazo da PB-LOG e estabelece (i) o conjunto de cenários prováveis que podem interferir no ambiente de negócios, e (ii) os preceitos e orientações do Acionista a serem seguidos para consecução dos objetivos empresariais. Assim, este documento explicita as principais metas a serem alcançadas e os recursos necessários para a consecução dos objetivos nos próximos cinco anos. O Plano Anual de Negócios (PAN) detalha o primeiro ano do PE, estabelecendo compromissos de curto prazo, essenciais para o alcance das metas de longo prazo. Assim, os diretores da Companhia acompanham, mensalmente, a execução do PAN, por meio de Reuniões de Análise Crítica (RACs). Nessas reuniões, a equipe técnica avalia o desempenho da empresa em relação ao PAN e acompanha as perspectivas do mercado e define eventuais correções ou ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

MODELO DE NEGÓCIO

A PB-LOG tem por modelo de negócio e foco a atuação integrada em serviços de logística e controle de emergência, com flexibilidade e baixo custo para as operações dos consórcios de E&P operados pela Petrobras.

Logística integrada

A PB-LOG está capacitada a fornecer serviços de logística integrada para atender todas as demandas típicas de unidades marítimas de produção ou exploração. Através de uma vasta gama de serviços que vão desde a armazenagem e transporte marítimo de cargas, passando por serviços portuários, transporte aéreo, marítimo e o controle de emergência com equipes treinadas para estes eventos. A PB-LOG integra todos os modais logísticos da cadeia de E&P, promovendo uma operação otimizada em seus diversos elos.

Controle de Emergência (CE)

A PB-LOG, em seu esforço de apresentar um portfólio de serviços adequado a seus clientes, disponibiliza o acesso aos recursos para execução dos serviços de Controle de Emergência (CE), cujo escopo consiste no combate ao derramamento de óleo no mar, a disponibilidade dos recursos e equipamentos de combate ao Blowout Submarino e, ainda, a disponibilidade dos recursos mantidos nos Centros de Defesa Ambiental (CDA). Tais escopos podem ser ofertados em conjunto ou separadamente.

GESTÃO E SUPORTE AO MODELO DE NEGÓCIO

Estratégia: No intuito de suportar o seu modelo de negócio, a PB-LOG projeta aprimorar-se nas atividades de controle de emergência, apoio logístico e apoio Marítimo, consolidando sua vocação na logística offshore, de modo a ampliar a prestação de serviços para os seus clientes nesta área.

Governança Corporativa: A Companhia desenvolve os seus negócios, orientada pelas melhores práticas de Governança Corporativa, zelando pelo seu objeto social e pautando o seu comportamento dentro dos princípios da transparência, equidade, ética e responsabilidade.

Administração: A Administração da PB-LOG está composta da seguinte forma: Assembleia Geral - É o órgão deliberativo máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social, bem como para tomar resoluções que julgar convenientes à defesa do desenvolvimento da Companhia. **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal da Companhia foi instaurado em 2018, composto por três membros, cujo escopo de atuação se encontra definida nos termos do Estatuto Social da PB-LOG e nas melhores práticas de Governança Corporativa. **Diretoria Executiva** - É o órgão responsável pela execução e operacionalização da Companhia e das diretrizes, orientações e estratégia estabelecidas pela Assembleia Geral. É composta por três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Corporativo e Financeiro e um Diretor de Operações. **Auditoria Interna** - A Auditoria Interna tem a função de planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria interna e suportar o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAE Conglomerado), a Diretoria Executiva (DE) e a Alta Administração no exercício de suas funções junto a PB-LOG, além de atender às demandas do Conselho Fiscal e dos órgãos governamentais (como TCU, CGU, SEST, CGPAR, PREVIC, dentre outros), fornecendo serviços de avaliação e assessoria de forma independente, objetiva e baseada em análises de riscos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, visando a criação e preservação de valor da organização ao fortalecer os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e aperfeiçoar suas operações. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pela Diretoria Executiva após manifestação do CAE Conglomerado e da CGU, compreende a proposta de trabalhos da Auditoria Interna, selecionados segundo critérios de avaliação de riscos atribuídos aos processos da cadeia de valor da Companhia, e alinhados a sua estratégia corporativa. O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios de auditoria encaminhados à unidade auditada, sua respectiva Diretoria e ao Diretor Presidente da PB-LOG. Adicionalmente, os trabalhos concluídos e as não conformidades são apresentadas, trimestralmente, ao CAE Conglomerado e ao Conselho Fiscal. **Comitê de Auditoria Estatutário** - Constituído em 2018, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado), órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petrobras, é regulado de acordo com seu Regimento Interno e pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras - especialmente pela Lei 13.303/16, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras, para apreciação das matérias que serão objeto de orientação para as Sociedades do Sistema Petrobras, bem como assessorar a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração (quando houver) ou a Diretoria Executiva destas Sociedades. Dentre as matérias de apreciação do CAE Conglomerado, cabe mencionar: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS), e; (vii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Conformidade, Ética e Integridade: A PB-LOG está sujeita às diretrizes, normas e padrões que se aplicam à Petrobras e as Empresas do Conglomerado Petrobras e utiliza-se de toda a estrutura de Segurança da Informação da sua holding. Todas as operações conduzidas pela PB-LOG são realizadas observando os princípios do Código de Conduta Ética, no âmbito das Sociedades do Sistema Petrobras, bem como outras normas e orientações internas, formalmente aprovadas, que definem com clareza os princípios éticos e os compromissos de conduta, que norteiam suas ações, aos quais estão submetidos todos os seus empregados, fornecedores e prestadores de serviços. Com base nas melhores práticas de Governança e Conformidade, a Diretoria Executiva da PB-LOG adota, desde 2015, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção - PPPC (Programa de Compliance da Petrobras). As práticas contábeis da Companhia estão adequadas aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com aplicação a partir de 2010. Estes pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aos quais as práticas contábeis foram alinhadas, estão convergentes ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*), constituído por normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A Administração da PB-LOG monitora estas práticas por meio da Gerência de Gestão Contábil de Empresas, na sua Controladora.

Relacionamento com Partes Interessadas: As decisões internas da PB-LOG que envolvam partes relacionadas respeitam a legislação aplicável e as melhores práticas do mercado, tendo como premissa a isonomia nas relações contratuais, zelando pelos interesses da Companhia e de seu acionista controlador. Os gestores da Companhia conduzem suas ações em obediência às políticas e diretrizes vigentes para as Sociedades do Sistema Petrobras, no que diz respeito a qualquer transação com partes relacionadas. A exemplo da Petrobras, o sistema de controles internos da PB-LOG observa o atendimento dos requisitos estabelecidos nas seguintes regulamentações: • Lei 12.846 de 01 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; • Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; • *Foreign Corrupt Practices Act 1977* (FCPA), lei federal dos Estados Unidos da América (USA); e • *UK Bribery Act* 2010, lei anticorrupção do Reino Unido. A Companhia realiza negócios com responsabilidade e respeito aos seus fornecedores e clientes, proporcionando segurança operacional e jurídica em todas as atividades desenvolvidas. O relacionamento com Auditorias Externas, entidades estatais pertencentes à administração direta e/ou indireta, aqui abrangendo Agências Reguladoras e órgãos de controle, pauta-se em práticas de transparência e espírito de colaboração.

Canal Denúncia

O Canal de Denúncia Petrobras, ao qual a PB-LOG aderiu em 2016, está disponível para os públicos interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual e outras irregularidades, que podem ser entendidas como ações ou omissões contrárias à lei ou aos preceitos do Código de Conduta Ética e que possam causar dano à PB-LOG, as demais Sociedades do Sistema Petrobras, aos empregados, acionistas e demais públicos de interesse.

Gestão de Recursos Humanos

A Companhia possui seu quadro de funcionários composto por profissionais cedidos da Petrobras, estando todos sujeitos às mesmas regras, direitos e deveres estabelecidos pela Petrobras e pela PB-LOG.

Gestão de Riscos

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável, sendo liderada pela Diretoria Financeira da PB-LOG de forma a garantir que as medidas necessárias para o alinhamento entre o apetite ao risco e as estratégias da Companhia sejam executadas e monitoradas continuamente.

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016. Nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos considerados em todas as decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional, e; (iv) Negócio.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo como base os seguintes princípios fundamentais:

A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.

A gestão de riscos está alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.

A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

Os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, levando em conta os benefícios inerentes à diversificação.

As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo, os possíveis impactos nos nossos *stakeholders* e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor e para a continuidade dos negócios.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Cenário Macroeconômico

As mais atuais projeções estimam um crescimento de cerca de 2,92% do PIB brasileiro em 2023, mantendo o patamar de crescimento de 2022 de 2,90%. Em que pese ter sido um ano de transição de governo, sujeito a maiores oscilações dos indicadores de mercado, a economia respondeu positivamente manteve-se em crescimento, puxada, principalmente, pelos resultados do setor primário e dos serviços.

No tocante ao segmento de O&G no Brasil, o boletim de conjuntura da Indústria de Óleo & Gás da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que com mudanças nas estratégias de comercialização de derivados e de gás natural e revisão da legislação tributária incidente sobre a comercialização, houve redução de preços para os consumidores finais de combustíveis. Vale destacar ainda que, agentes do setor anunciaram investimentos em projetos do *downstream* e novo estudo foi instituído com o objetivo de promover o melhor aproveitamento do gás produzido no Brasil.

Neste cenário e com o avanço dos investimentos em E&P pela Petrobras, a PB-LOG manteve a sua operacionalidade, contribuindo na geração de valor com a otimização de recursos operacionais e administrativos.

Desempenho Operacional

O desempenho operacional da PB-LOG tem forte correlação com as práticas e prioridades estabelecidas pela Petrobras e seus consorciados. Desta forma, a Companhia concentrou suas atividades na região Sudeste, principalmente nas bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo, onde se encontram os principais ativos de exploração e produção.

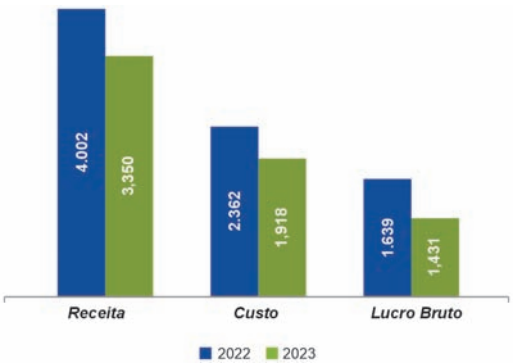
Em 2023, a PB-LOG manteve contratos para prestação de serviços logísticos integrados com os consórcios de E&P em produção de BM-S-11, BM-S-09, Libra e Tartaruga Verde. Também adicionou ao portfólio contratos com ativos exploratórios como Sagitário e Júpiter. Já em relação aos de serviços de controle de emergência offshore, manteve a prestação para os consórcios de Búzios, Roncador, Mero, Itapu e Sépia. Destacando-se, ainda a saída integral da Companhia dos segmentos de perfuração de Poços e Engenharia Submarina, concluída em dezembro/2022.

Volume de atendimento Logístico

	2023	2022
Logística Integrada (atendimento unidades/ano)	26	32
Controle de Emergência (atendimento unidades/ano)	31	29
Serviços de Poços (operações/ano)	-	1
Engenharia Submarina (operações/ano)	-	382

Indicadores de Rentabilidade e Retorno das Operações

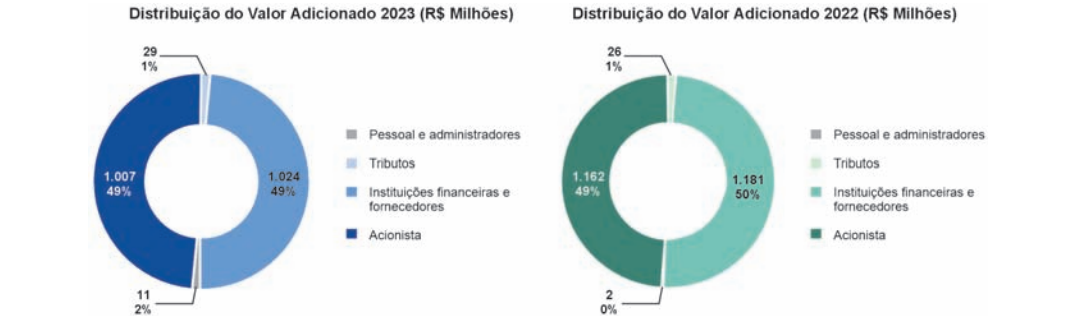
Destaque dos Resultados de 2023

Para fins de comparação, a Companhia avalia seus indicadores com base nas receitas e custos sem os efeitos do CPC 47, que versa sobre receitas de contratos com clientes.

Os efeitos da saída dos segmentos de Serviços de Poços e de Engenharia Submarina, provocaram a redução (i) da receita líquida em 16% (R$ 3.350 em 2023, frente a R$ 4.002 em 2022); e (ii) do lucro bruto em 13% (R$ 1.431 em 2023, frente a R$ 1.639 em 2022).

Este resultado é reflexo do reenquadramento estratégico de atuação da Companhia, definido pela Controladora. Contudo, a PB-LOG avançou nas operações em Controle de Emergência (+186% dias de operação), representando um aumento no lucro bruto de R$ 68.

Cabe destacar ainda que os principais indicadores de performance da Companhia foram auferidos acima da meta, destacando-se: (1) o NOPAT (Net Operating Profit After Taxes) que atingiu R$ 924 (meta de R$ 771); (2) a geração FCO (Fluxo de Caixa Operacional), que atingiu R$ 756 (meta R$ 709); e (3) os gastos com DG&A (Despesas Gerais e Administrativas), que reduziram 21% em relação à meta de R$ 28.

Demonstração do Valor Adicionado e Remuneração ao Acionista

Em 2023, as atividades da PB-LOG geraram R$ 2.071 em riqueza à sociedade, uma redução de 13% quando comparado ao valor adicionado pela companhia no exercício de 2022. De cada R$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R$ 0,54 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e o acionista (dividendos), conforme demonstrado abaixo. No tocante aos tributos, os quais totalizaram R$ 1.024 (-13% em relação ao exercício anterior), sendo R$ 881 tributos federais e R$ 143 tributos municipais.

Nossa remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à máxima distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP) de maneira transparente e de acordo com as normas legais e estatutárias.

A proposta de remuneração ao acionista relativa ao exercício de 2023, que será encaminhada pela Administração à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024, no montante de R$ 1.007 (R$ 1.162 em 2022) contempla o dividendo obrigatório no percentual de 25% e dividendos adicionais de 75% do lucro líquido ajustado.

PERSPECTIVAS DO CONTEXTO DE NEGÓCIOS

O cenário macroeconômico para os próximos anos apresenta desafios ao crescimento econômico em meio à estabilização do contexto fiscal. No cenário externo, há risco de desaceleração global, o que pode vir a impactar as exportações brasileiras para grandes mercados, como Estados Unidos e China.

Porém, considerando que as atividades de E&P em águas profundas seguem ritmo próprio, ditado por investimentos com objetivos de médio a longo prazo, o setor deve manter o seu dinamismo e experimentar um crescimento com a entrada de novas unidades de produção.

Neste contexto, a Petrobras prevê investimentos no montante de US$ 102 bilhões para os próximos 5 anos, dos quais US$ 73 bilhões estão direcionados para o segmento de Exploração e Produção (E&P). Assim, com os investimentos previstos e com a aproximação da PB-LOG na prestação de serviços complementares às necessidades de serviços logísticos para atendimento das operações da Petrobras, podem surgir oportunidades de negócio adicionais para a Companhia. Para tanto, a Companhia seguirá suas ações de otimização operacional, garantindo sua competitividade, agregando valor aos seus serviços e reafirmando o seu modelo de negócio.

PLANO ESTRATÉGICO 2024-2028

O PE 24-28 reflete a continuidade do reposicionamento estratégico da Companhia, estabelecendo como prioridade a prestação de serviços em Controle de Emergência e logística integrada (este último apenas para consórcios em parceria de pequeno porte), dando maior foco no seu principal eixo de atuação com o intuito de explorar melhor a atividade na qual a Companhia possui grande expertise e vantagem competitiva, saindo das atividades relacionadas a serviços de poços e de engenharia submarina. Este reposicionamento tem reflexo direto na queda da curva de receita e resultado nos próximos anos.

Demonstração do Resultado - Plano Estratégico	R$ milhões	Margem
Receita Líquida	5.266	
Custo do Serviço Prestado	(3.358)	
Lucro Bruto	1.908	36%
Despesas Gerais e Administrativas	(155)	
Despesas Tributárias	(6)	
Outras Despesas Operacionais	(19)	
Lucro Operacional	1.728	33%
Resultado Financeiro	158	
LAIR	1.886	
IR/CSLL	(641)	
Lucro Líquido	**1.245**	**24%**

Para o primeiro ano do PE, estabeleceu-se como métricas de topo a serem acompanhadas na gestão do negócio os seguintes indicadores:

	Unidade	Meta	Tipo
Fluxo de Caixa Operacional	R$ mil	206.129	Maior-Melhor
Net Operating Profit After Taxes (NOPAT)	R$ mil	211.081	Maior-Melhor

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Financeiras da PB-LOG dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas. Não foram, nos respectivos exercícios, contratados serviços dos auditores que pudessem afetar a independência dos auditores em relação à Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em xx de xxxxx de 2024, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2024.

A Administração,

Odalea Elisabeth Franco Lima – Diretora Presidente
Odalea Elisabeth Franco Lima – Diretora de Operações
Elisandra Collaziol – Diretora Financeira

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

Ativo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
Contas a receber, líquidas	6.1	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	6.4	473.370	522.767
Imposto de renda e contribuição social	12.1	73	71
Impostos e contribuições	12.2	19.765	4.169
Ativo circulante		**895.571**	**1.010.650**
Contas a receber, líquidas	6.1	50.896	49.068
Depósitos judiciais	11.2	47.387	43.921
Impostos e contribuições	12.2	51.387	75.417
Ativo realizável a longo prazo		149.670	168.406
Imobilizado	7	1.555	1.674
Ativo não circulante		**151.225**	**170.080**
Total do ativo		**1.046.796**	**1.180.730**

Passivo	Notas	2023	2022
Fornecedores	8	277.203	542.510
Arrendamentos	9	1.083	1.102
Imposto de renda e contribuição social	12.1	63.951	50.723
Impostos e contribuições	12.2	22.602	26.435
Outros passivos		14.965	6.756
Passivo circulante		**379.804**	**627.526**
Arrendamentos	9	1.099	1.177
Provisão para processos judiciais	11.1	53.103	50.988
Fornecedores	8	45.203	43.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	1.892	1.145
Outros passivos		4.767	2.334
Passivo não circulante		**106.064**	**99.169**
Passivo circulante e não circulante		**485.868**	**726.695**
Capital social realizado		249.391	249.391
Reservas de lucros		311.537	204.644
Patrimônio líquido	13	**560.928**	**454.035**
Total do passivo		**1.046.796**	**1.180.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita de serviços	15	3.341.358	3.642.941
Custo dos serviços prestados	17	(1.910.074)	(2.003.678)
Lucro Bruto		**1.431.284**	**1.639.263**
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	17	(22.174)	(20.908)
Tributárias	17	(6.472)	(6.658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(2.856)	10.059
		(31.502)	(17.507)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		**1.399.782**	**1.621.756**
Resultado financeiro líquido	**16**	**125.083**	**137.681**
Receitas financeiras		130.825	119.145
Despesas financeiras		(1.389)	(253)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(4.353)	18.789
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**1.524.865**	**1.759.437**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.1	(517.107)	(585.369)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	(747)	(12.287)
Lucro líquido do exercício		**1.007.011**	**1.161.781**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	13.6	0,43	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.007.011	1.161.781
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**1.007.011**	**1.161.781**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.007.011	1.161.781
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	17	502	382
Amortização de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	17	(44)	(5)
Provisão (reversão) para processos judiciais e administrativos	18	2.129	(22.438)
Imposto de renda e contribuição social	12.1	517.854	597.656
Encargos financeiros, variação monetária sobre arrendamentos	9	210	229
Variações monetárias não realizadas	16	4.353	(18.789)
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	16	(101.059)	(93.104)
Resultado na baixa de ativos de direito de uso/arrendamentos		(45)	–
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		80.034	8.183
Impostos a recuperar		10.191	29.874
Outros ativos		(2.108)	(363)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(267.591)	90.226
Processos judiciais pagos		(3.595)	(1.529)
Impostos e contribuições a recolher		(262.481)	(363.103)
Outros passivos		15.900	996
Imposto de renda e contribuição social pagos		(245.230)	(231.709)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		**756.031**	**1.158.287**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(3.307.227)	(3.729.030)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		3.457.683	3.652.630
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos		**150.456**	**(76.400)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de arrendamentos	9	(645)	(67)
Pagamento de dividendos	13.5	(905.842)	(1.081.820)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		**(906.487)**	**(1.081.887)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social realizado	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	249.391	49.880	75.825	–	375.096
Lucro líquido do período	–	–	–	1.161.781	1.161.781
Dividendos adicionais pagos referentes a 2021	–	–	(75.825)	–	(75.825)
Dividendos intermediários pagos de 2022	–	–	–	(1.007.017)	(1.007.017)
Dividendos adicionais propostos de 2022	–	–	154.764	(154.764)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	249.391	49.880	154.764	–	454.035
	249.391			**204.644**	**454.035**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	249.391	49.880	154.764	–	454.035
Lucro líquido do período	–	–	–	1.007.011	1.007.011
Dividendos adicionais pagos referentes a 2022	–	–	(154.764)	–	(154.764)
Dividendos intermediários pagos de 2023	–	–	–	(745.354)	(745.354)
Dividendos adicionais propostos de 2023	–	–	261.657	(261.657)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	249.391	49.880	261.657	–	560.928
	249.391			**311.537**	**560.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas		
Prestação de serviços e outras receitas	3.847.395	4.247.162
	3.847.395	4.247.162
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.911.677)	(2.015.321)
	(1.911.677)	(2.015.321)
Valor adicionado bruto	**1.935.718**	**2.231.841**
Depreciação e amortização	(502)	(382)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.935.216**	**2.231.459**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	135.809	139.057
Valor adicionado total a distribuir	**2.071.025**	**2.370.516**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e encargos	28.859	26.060
	28.859	**26.060**
Tributos		
Federais	880.033	1.015.721
Municipais	143.218	152.974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	747	12.287
	1.023.998	**1.180.982**
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	10.727	1.376
Despesas de aluguéis	430	317
	11.157	**1.693**
Acionistas		
Dividendos	745.354	1.007.017
Lucros retidos	261.657	154.764
	1.007.011	1.161.781
Valor adicionado total distribuído	**2.071.025**	**2.370.516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES: A Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia" ou "PB-LOG") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Constituída em 21 de novembro de 2000, a Companhia iniciou suas operações em 2 de janeiro de 2001, sob o nome de Alberto Pasqualini - REFAP S.A. Desde 1968 a refinaria funcionava como unidade operacional da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras Em 1º de novembro de 2012, foi aprovada, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, a reforma integral do seu Estatuto Social, modificando-se, dentre outros aspectos, a sua denominação e objeto social, passando, a partir daquela data, a denominar-se Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("PB-LOG"), cujo objeto social sofreu alterações para possibilitar o provimento de serviços logísticos para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural no Brasil, além da atividade de navegação de apoio marítimo e serviços correlatos. A Companhia mantém transações relevantes com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. As atividades operacionais da Companhia estão relacionadas à prestação de serviços de logística integrada e de apoio marítimo, além de construção de poços marítimos e engenharia submarina. Por fim, os contratos de prestação de serviços de construção de poços e serviços submarinos foram encerrados ao final de 2022 devido à descontinuidade destas modalidades de serviço pela Companhia, seguindo orientação estratégica da Controladora. No exercício, não houve ocorrência de receitas ou custos decorrentes de políticas públicas no âmbito da PB-LOG, vinculado ao interesse público na sua controladora Petróleo Brasileiro S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social. **4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências:** A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 11. **4.2. Fontes de incerteza em imposto de renda e contribuição social correntes:** As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais divirjam do entendimento da Companhia. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a Companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. Se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras. Na medida que a companhia conclua que não é provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras devem refletir essa incerteza na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. O efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto é estimado utilizando o método que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza. O método do valor mais provável fornece como estimativa o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis, enquanto o método do valor esperado representa a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES: 5.1. International Accounting Standards Board (IASB): Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (*Sale and Leaseback*) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Em relação aos normativos - *Amendments to IFRS 16* e *Amendments to IAS 1* em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação ao *Amendments to IAS 7 and IFRS 7*, o impacto esperado é de divulgação adicional. Quanto ao normativo que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos aos IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor, integralmente ou parcialmente, e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	*Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)*	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	*Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)*	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. CONTAS A RECEBER: 6.1. Contas a receber, líquidas

	2023	2022
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros	263	263
Partes relacionadas (Nota 10.1)	453.258	532.710
Total do contas a receber	**453.521**	**532.973**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(263)	(263)
Total do contas a receber, líquidas	**453.258**	**532.710**
Circulante	402.362	483.642
Não circulante	50.896	49.068

6.2. Aging do contas a receber terceiros

	2023 Contas a receber	2023 PCE	2022 Contas a receber	2022 PCE
Vencidos:				
Acima de 12 meses	263	(263)	263	(263)
Total	**263**	**(263)**	**263**	**(263)**

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	2023	2022
Saldo inicial	**(263)**	**(263)**
Saldo final	**(263)**	**(263)**
Circulante	(263)	(263)
Não circulante	–	–

6.4. Contas a receber - FIDC

	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	473.370	522.767
Total	**473.370**	**522.767**

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios. A redução do saldo em 2023 decorre da utilização de recursos para pagamento de dividendos intermediários. **Prática contábil:** As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado. A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuírem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Imobilizado

	2023	2022
Equipamentos e instalações de escritório	1	2
Direitos de uso	1.554	1.672
	1.555	**1.674**

Os direitos de uso incluem embarcação de apoio operacional e edificação administrativa. A PB-LOG obtém integralmente os benefícios de uso desses ativos. **Prática contábil:** Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Terceiros no país	122.533	107.341
Partes relacionadas (Nota 10.1)	199.873	478.694
	322.406	**586.035**
Circulante	277.203	542.510
Não circulante	45.203	43.525

A Companhia participa de um programa da Petrobras para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado "Mais Valor", operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital. As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto para o fornecedor. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a PB-LOG paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor. As faturas são antecipadas no programa Mais Valor exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazos, preços e condições comerciais contratados pela Companhia, bem como não há quaisquer registros de encargos financeiros, sendo mantidas as classificações em fornecedores no balanço e como atividade operacional as variações apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores antecipados pelas instituições financeiras aos fornecedores, no escopo do Programa é de R$ 36.057 (R$ 678 em 31 de dezembro de 2022), com prazo de pagamento entre 7 e 18 dias e prazo médio ponderado de 10 dias, após atendidas as condições comerciais contratadas.

9. ARRENDAMENTOS: Os arrendamentos incluem obrigações relativas a embarcação de apoio operacional e edificação administrativa, que são ativos dos quais a PB-LOG obtém integralmente os benefícios de seu uso junto à Petrobras. A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos no passivo da Companhia está demonstrada a seguir:

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.059**
Remensuração/Novos contratos	58
Pagamento de principal e juros	(67)
Encargos incorridos no exercício	229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.279**
Circulante	1.102
Não Circulante	1.177

	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.279**
Remensuração/Novos contratos	383
Pagamento de principal e juros	(645)
Encargos incorridos no exercício	210
Encerramento antecipado	(45)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.182**
Circulante	1.083
Não Circulante	1.099

Os pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2024	1.141	(58)	1.083
2025	637	(115)	522
2026	637	(167)	470
2027	120	(39)	81
2028	42	(16)	26
Em 31 de dezembro de 2023	**2.577**	**(395)**	**2.182**
Circulante			1.083
Não circulante			1.099
Em 31 de dezembro de 2023			**2.182**
Circulante			1.102
Não circulante			1.177
Em 31 de dezembro de 2022			**2.279**

Prática contábil: A classificação contábil das operações de arrendamento operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

10. PARTES RELACIONADAS: A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

10.1. Transações comerciais e outras operações

	Petrobras	Transpetro	PBIO	PNBV	FIDC-NP	2023 Total	2022 Total
Ativo							
Contas a receber							
Clientes	402.209	153	–	–	–	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	–	–	–	–	473.370	473.370	522.767
Contas a receber por reembolso de contingência (a)	50.896	–	–	–	–	50.896	49.068
Circulante	402.209	153	–	–	473.370	875.732	1.006.409
Não circulante	50.896	–	–	–	–	50.896	49.068
Total	**453.105**	**153**	**–**	**–**	**473.370**	**926.628**	**1.055.477**
Passivo							
Fornecedores							
Fornecedores	124.199	–	–	30.470	–	154.669	435.169
Fornecedores vinculados a ressarcimentos (b)	45.203	–	–	–	–	45.203	43.525
Arrendamentos	2.182	–	–	–	–	2.182	2.279
Circulante	125.282	–	–	30.470	–	155.752	436.271
Não circulante	46.302	–	–	–	–	46.302	44.702
Total	**171.584**	**–**	**–**	**30.470**	**–**	**202.054**	**480.973**

	Petrobras	Transpetro	PBIO	PNBV	FIDC-NP	2023 Total	2022 Total
Resultado							
Receita de prestação de serviços	3.339.984	1.374	–	–	–	3.341.358	3.642.941
Custos dos serviços prestados	(632.920)	(1.107)	–	(30.470)	–	(664.497)	(799.540)
Despesas administrativas	(17.265)	–	(8)	–	–	(17.273)	(16.250)
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(186)	–	–	–	–	(186)	(6.584)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.307)	–	–	–	101.059	99.752	92.877
Variações monetárias e cambiais líquidas	(9.932)	28	–	–	–	(9.904)	12.956
Total	**2.678.374**	**295**	**(8)**	**(30.470)**	**101.059**	**2.749.250**	**2.926.400**

(a) Ressarcimentos a serem recebidos. Referem-se aos valores a serem ressarcidos pela Petrobras frente às perdas prováveis com processos judiciais originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.1.

(b) Ressarcimentos a serem pagos. Referem-se a valor a ser ressarcido à Petrobras frente ao aproveitamento de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.2.

10.2. Receita líquida de prestação de serviços: Referem-se a contratos para prestação de serviços de apoio logístico. O principal cliente da PB-LOG é a Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P, correspondendo à quase totalidade da receita dos serviços prestados. **10.3. Membros chave da administração: Remuneração da administração:** As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da PB-LOG têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Salários e benefícios	1.370	1.618
Encargos sociais	318	357
Previdência complementar	131	134
Remuneração variável	683	1.092
Total	**2.502**	**3.201**
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	1,6	2

A PB-LOG, durante o período de vigência dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva da Companhia oriundos da Petrobras, patrocina o plano de previdência Petros 2 desses diretores, cabendo integralmente à Petrobras, as obrigações de benefício pós-emprego. **10.4. Remuneração variável: Programa de Prêmio por Desempenho - PRD:** Em 2023, a Diretoria Executiva da PB-LOG aprovou o novo Programa de Prêmio por Desempenho (PRD) para o ano, destinado aos empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG ocupantes ou não de função gratificada. Alinhado ao Plano Estratégico da Companhia, esse programa valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a Companhia busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão. O gasto estimado para o PRD de 2023 dependerá de determinados fatores, tais como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão para pagamento do PRD 2023 atingiu R$ 3.051. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para pagamento do Programa de Prêmio por Performance - PPP 2022 era de R$ 3.517, que foram pagos em 2023. **Participação nos Lucros ou Resultados - PLR:** Os empregados da Petrobras cedidos à PB-LOG são contemplados pelo Acordo Coletivo de Programa de Participação nos Lucros (PLR) negociado entre os Sindicatos e a Petrobras. O montante estimado de desembolso dependerá dos resultados nas métricas de desempenho da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para pagamento da PLR 2023 atingiu R$ 2.637 (R$ 211 em 31 de dezembro de 2022, referente à PLR 2022, pagos em 2023). **10.5. Remuneração do Conselho Fiscal:** Em 30 de maio de 2023, a Assembleia Geral aprovou o montante limite da remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal em R$ 348, o que corresponde a um limite mensal de R$ 6, a ser pago no período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 305/2023/MGI). A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. No exercício de 2023, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R$ 6 (mesmo valor em 2022). **Prática contábil:** As provisões dos programas de remuneração variável (PRD/PPP e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

11. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS. 11.1. Processos provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a: · **Processos fiscais:** Referem-se, principalmente, a auto de infração lavrado em razão de divergência entre entendimentos das autoridades fiscais (Federal e Municipal) e da Companhia; · **Processos trabalhistas, destacando-se:** Pleitos de revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados e Petros; e · **Processos cíveis:** Principalmente contratos de afretamento. Os valores provisionados são os seguintes:

	2023	2022
Passivo não circulante		
Fiscais	39.906	37.775
Trabalhistas	10.990	11.292
Cíveis	2.207	1.921
	53.103	**50.988**

A movimentação dos processos judiciais provisionados no exercício está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**50.988**	**75.025**
Adições (Baixas) líquidas		
Fiscais	2.131	1.969
Trabalhistas	(302)	1.151
Cíveis	286	(27.157)
Saldo final	**53.103**	**50.988**

Exceto pelos processos de natureza cível que estão relacionados às atividades da PB-LOG, os demais processos judiciais com o prognóstico de perda provável são oriundos das atividades operacionais da REFAP, para os quais existe um acordo contratual de ressarcimento pela Petrobras. Desta forma, foi constituído contas a receber no ativo não circulante no montante de R$ 50.896 (R$ 49.068 em 31 de dezembro de 2022). **11.2. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perda dos processos:

	2023	2022
Ativo não circulante		
Trabalhistas	3	61
Fiscais	47.384	43.860
	47.387	**43.921**

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício está apresentada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**43.921**	**40.002**
Adições	1	304
Atualizações	3.794	3.615
Reversões	(329)	–
Saldo final	**47.387**	**43.921**

11.3. Processos não provisionados: Os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2023	2022
Fiscais	337.939	71.868
Trabalhistas	15.059	16.354
Cíveis	19.621	120.007
Ambientais	268	250
	372.887	**208.479**

11.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados: Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal:	Estimativa 2023	Estimativa 2022
Autor: União Federal		
1) Auto de Infração para cobrança de PIS/COFINS decorrente de glosa de créditos tributários. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	17.943	16.948
2) Auto de infração para cobrança de CSLL e IRPJ decorrente da glosa do aproveitamento de ágio em operações societárias. Situação atual: Foi apresentado recurso voluntário em alçada administrativa que ainda está pendente de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).	61.311	54.294
3) Auto de infração tributário glosando o creditamento de PIS e COFINS. Situação atual: Foi apresentada impugnação perante a Delegacia da Receita Federal, restando pendente sua apreciação.	258.251	–
Outros processos de natureza fiscal	434	626
Total de processos de natureza fiscal	**337.939**	**71.868**

Descrição dos processos de natureza trabalhista:	Estimativa	
Autor: DIVERSOS - Pessoa física	**2023**	**2022**
1) Reclamação trabalhista em virtude da remuneração mínima (RMNR). Situação atual: Em 2018, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu (13 votos a 12) contra a companhia, que interpôs recursos extraordinários ao Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os efeitos da decisão proferida pela Corte Trabalhista e determinou a suspensão nacional dos processos em andamento relacionados à RMNR. Em julho de 2021, foi publicada decisão monocrática na qual o Ministro Relator deu provimento ao Recurso Extraordinário interposto em um dos processos para reestabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, acolhendo a tese da companhia e reconhecendo a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, revertendo, assim, a decisão do TST. Em novembro de 2023, a Primeira Turma do STF decidiu favoravelmente à Petrobras, por 3 votos a 1, acolhendo a tese da companhia e reconhecendo a validade do acordo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, em relação à metodologia de cálculo para a remuneração dos funcionários da empresa. Em janeiro de 2024, o acórdão foi publicado pelo STF. Contra o referido acordão, o reclamante e entidades sindicais interpuseram o recurso de embargos de declaração, sendo pautado em plenário virtual iniciado em 23 de fevereiro de 2024 e encerrado em 1 de março de 2024. Os embargos de declaração não foram conhecidos por decisão unânime da 1ª Turma do STF, sendo mantida a decisão favorável à Petrobras. A referida decisão ainda está pendente de publicação.	13.126	13.395
2) Demais processos trabalhistas envolvendo os temas de terceirização, previdência complementar e outros. Situação atual: Os processos encontram-se em fase de conhecimento ou grau de recurso.	1.933	2.959
Total de processos de natureza trabalhista	**15.059**	**16.354**

Descrição dos processos de natureza cível:	Estimativa	
Autores: Pessoas Jurídicas	**2023**	**2022**
1) Pleito de anulação de deduções em contrato de afretamento de embarcação. Situação atual: Recurso de apelação provido, reformando-se a sentença de modo a julgar os pedidos improcedentes. O processo teve seu prognóstico alterado para remoto em 2023.	–	2.245
2) Pleitos indenizatórios oriundos de contrato de serviços de logística. Situação atual: O juízo atendeu a requerimento da Companhia para a produção de prova técnica e, adicionalmente, a Petrobras assumiu integralmente as eventuais obrigações futuras em relação a pleitos indenizatórios de contrato de serviços de logística, isentando a Companhia de eventuais perdas.	–	117.762
3) Pleito de anulação de multas aplicadas pela fiscalização de contratos. Situação atual: Após sentença condenatória, foram opostos embargos de declaração e juntadas contrarrazões. Aguarda-se julgamento.	19.621	–
Total de processos de natureza cível	**19.621**	**120.007**

Descrição dos processos de natureza ambiental:	Estimativa	
Autores: Autoridades Governamentais	**2023**	**2022**
1) Infrações quanto a alegados danos ambientais onshore ocorrido na REFAP. Situação atual: Processos encontram-se aguardando decisão administrativa e avaliação de ajuizamento de ação judicial.	268	250
Total de processos de natureza ambiental	**268**	**250**

Prática contábil: A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão. Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação

Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.

CNPJ Nº 04.207.640/0001-28 – (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

12. TRIBUTOS: 12.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda	12	11	37.854	27.142
Contribuição social	61	60	26.097	23.581
	73	71	63.951	50.723

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido. Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente. **Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro do período antes dos impostos	1.524.865	1.759.437
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	518.454	598.209
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	(576)	(527)
Outros	(24)	(25)
Imposto de renda e contribuição social	517.854	597.656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	747	12.287
Imposto de renda e contribuição social correntes	517.107	585.369
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante: O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	(1.145)	11.142
Reconhecido no resultado	(747)	(12.287)
Saldo final	(1.892)	(1.145)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	2023	2022
Perda de crédito esperada	Baixa definitiva e reversão da provisão	90	89
Provisão para processos judiciais	Pagamento e reversão da provisão	1.085	653
Provisões para PRD/PPP e PLR	Pagamento e reversão da provisão	2.591	1.937
Atualização monetária - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(5.645)	(4.356)
Multas contratuais	Baixa definitiva e reversão da provisão	–	738
Variação cambial	Liquidação financeira	(13)	(206)
Total		(1.892)	(1.145)
Impostos diferidos ativos		3.766	3.417
Impostos diferidos passivos		(5.658)	(4.562)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros. **Prática contábil:** A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, compreendendo os impostos correntes e diferidos. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Demais impostos e contribuições

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (a)	19.705	4.055	51.387	75.417	–	258
Imposto de renda retido na fonte	–	–	–	–	189	–
Imposto sobre serviços	–	–	–	–	22.242	22.539
Outros	60	114	–	–	171	3.638
	19.765	4.169	51.387	75.417	22.602	26.435

(a) No ativo não circulante está incluído saldo de créditos fiscais de PIS/COFINS originados das atividades operacionais da REFAP, no montante de R$ 45.203 (R$ 43.525 em 31 de dezembro de 2022) que, a partir da compensação pela PB-LOG, serão objeto de ressarcimento à Petrobras.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 13.1. Capital social realizado: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R$ 249.391, sendo composto por 2.360.959.993 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **13.2. Participação acionária:** O capital social da Sociedade é controlado em 100% pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. **13.3. Destinação do resultado e dividendos:** A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício:	1.007.011	1.161.781
Lucro básico para determinação do dividendo	1.007.011	1.161.781
Dividendos Propostos		
Dividendos intermediários	744.702	1.005.995
Atualização monetária das antecipações - Selic	652	1.022
Dividendos adicionais propostos	261.657	154.764
	1.007.011	1.161.781

13.4. Reserva de lucros. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido pela PB-LOG (R$ 49.880 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022) já atinge o limite legal. **13.5. Dividendos:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado a hipótese em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. O saldo de dividendos adicionais propostos relativos ao resultado do exercício de 2022, no montante de R$ 154.764, foi aprovado por meio de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, e foi pago à Petrobras em 30 de maio de 2023. Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a outubro de 2023, no montante de R$ 744.702, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 14 de dezembro de 2023, e pagos à Petrobras em 28 de dezembro de 2023. **Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de dividendos a pagar aos acionistas da PB-LOG.

	2023	2022
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	–	–
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	154.764	75.825
Adição por deliberação da DE (antecipação)	744.702	1.005.995
Atualização monetária	8.226	–
Pagamento	(905.842)	(1.081.820)
IRRF sobre a atualização monetária	(1.850)	–
Saldo final	–	–

Prática contábil: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

13.6. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas	1.007.011	1.161.781
Quantidade de ações	2.360.959.993	2.360.959.993
Lucro líquido básico e diluído por ação (R$ por ação)	0,43	0,49

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações. Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da PB-LOG não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS. 14.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber de clientes, líquidas	402.362	483.642
Contas a receber - FIDC	473.370	522.767
	875.733	1.006.410
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	50.896	49.068
Depósitos judiciais	47.387	43.921
	98.283	92.989
	974.016	1.099.399
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	277.203	542.510
Outros passivos	14.965	6.756
	292.168	549.266
Não circulante		
Fornecedores	45.203	43.525
Outros passivos	4.767	2.334
	49.970	45.859
	342.138	595.125

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **14.2. Mensuração dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **14.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **14.3.1. Risco de mercado. 14.3.1.1. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da PB-LOG sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta. **14.3.2. Risco de crédito:** A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **14.3.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. A Companhia utiliza seus recursos principalmente para pagamentos a seus fornecedores e prestadores e a maioria de seus passivos financeiros possuem vencimento menor que um ano.

15. RECEITA DE SERVIÇOS: A receita da Companhia está substancialmente concentrada em operações com sua acionista controladora Petrobras, na condição de operadora dos consórcios de E&P. Abaixo apresentamos a composição da receita na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Receita bruta de serviços	3.841.030	4.219.609
ISS	(143.218)	(152.974)
PIS	(63.584)	(75.578)
COFINS	(292.870)	(348.116)
	3.341.358	3.642.941

Prática contábil: Os principais contratos com clientes da Companhia envolvem a prestação de serviços de logística integrada. A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os produtos e serviços distintos prometidos em cada um deles. As receitas de vendas são reconhecidas no momento em que o controle é transferido ao cliente, o que geralmente ocorre quando o serviço é prestado. Neste momento, a companhia satisfaz à obrigação de desempenho. São consideradas obrigações de desempenho as promessas de transferir ao cliente: (i) bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; e (ii) uma série de bens ou serviços distintos que possuam as mesmas características ou sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. As vendas são realizadas em prazos curtos de recebimento, não havendo assim componentes de financiamento significativo.

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2023	2022
Receitas Financeiras	130.825	119.145
Receita com recebíveis de ativos financeiros - FIDC (a)	130.816	119.138
Receita com depósitos judiciais	10	6
Outros	(1)	1
Despesas Financeiras	(1.389)	(253)
Juros	(1.193)	(24)
Despesas com passivos de arrendamento	(196)	(229)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(4.353)	18.789
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(7.574)	1.022
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.794	3.609
Atualização monetária de impostos a recuperar	1.759	2.426
Outros	(2.332)	11.732
	125.083	137.681

(a) Maior rendimento com aplicações no FIDC, em função de maior disponibilidade de recursos em aplicação financeira (FIDC).

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	2023	2022
Gastos com pessoal (administrativo)	(14.079)	(12.928)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (administrativo)	(6.197)	(6.912)
Depreciação e amortização (administrativo)	(404)	(303)
Outras despesas administrativas	(1.494)	(765)
PIS/COFINS sobre rendimentos do FIDC e demais impostos e taxas	(6.472)	(6.658)
Afretamentos de embarcações e aeronaves	(1.151.816)	(1.233.556)
Serviços logísticos	(662.314)	(685.647)
Operações terrestres	(67.152)	(63.777)
Serviços de SMS	(13.468)	(5.024)
Gastos com pessoal (operacional)	(8.788)	(7.540)
Compartilhamento de gastos com a Controladora (operacional)	–	43
Depreciação e amortização (operacional)	(54)	(74)
Outros custos operacionais	(6.482)	(8.103)
	(1.938.720)	(2.031.244)
Na demonstração de resultado:		
Despesas gerais e administrativas	(22.174)	(20.908)
Despesas tributárias	(6.472)	(6.658)
Custos dos serviços prestados	(1.910.074)	(2.003.678)
	(1.938.720)	(2.031.244)

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2023	2022
Provisões e/ou perdas com processos judiciais (a)	(2.129)	19.318
Despesas com ociosidade de embarcações	(5)	(7.724)
Multas contratuais (b)	2.804	(395)
Remuneração variável, prêmio por desempenho e PLR	(5.607)	(3.685)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.081	2.545
	(2.856)	10.059

(a) Contém efeito de divisão de custos e ressarcimento em 2022 com a Petrobras referente às contingências.
(b) Multas contratuais aplicadas à empresas prestadoras de serviços.

DIRETORIA EXECUTIVA

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora Presidente

ELISANDRA COLLAZIOL
Diretora Financeira

ODALÉA ELISABETH FRANCO DE LIMA
Diretora de Operações

EDUARDO SEIXAS - Contador - CRC/RJ 087203/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas: Conforme mencionado nas notas explicativas n°s 1 e 10, chamamos a atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, principalmente envolvendo à receita de serviços e os custos de serviços prestados . Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos firmados entre a Administração da Companhia e a Petrobras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bruno Bressan Marcondes
Contador CRC RJ-112835/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela PB-LOG relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023: I - Relatório da Administração; II - Demonstrações Financeiras; e III - Proposta de Distribuição de Dividendos. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as informações prestadas pela Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes, datado de 8 de março de 2024, o Conselho Fiscal opina que os documentos apresentados estão em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral Ordinária da Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. Os Conselheiros Fiscais declaram não conhecer quaisquer outros eventos que possam afetar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2024.

Walber Monteiro de Almeida
Conselheiro Fiscal - Presidente

Adriano Pereira de Paula
Conselheiro Fiscal

Pedro Guedes Campelo
Conselheiro Fiscal